



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
Paly
27

PRIMEIRA REUNIÃO DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTIJO, REALIZADA EM VINTE DE JUNHO DE DOIS MIL E CATORZE. -----

----- **ATA NÚMERO CINCO** -----

Aos vinte dias de junho do ano de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas e dez minutos, realizou-se na sua sede, sita Rua Almirante Cândido dos Reis, número 12, na Sala da Assembleia Municipal de Montijo, a Primeira Reunião da Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montijo, sob a presidência da sua presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Amélia Macedo Antunes, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Pedro Rafael Pereira Reis Carromeu e Isabel Maria de Almeida Lourenço Travessa, respetivamente Primeiro e Segundo Secretários. -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, cumprimentou o senhor Presidente da Câmara Municipal, a Vereação, os senhores Deputados Municipais, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e o público presente.

Efetuada a chamada para a verificação das presenças, além dos mencionados, foram registados os seguintes **Deputados Municipais**: **PS** – Maria Fernanda Pereira Fernandes, José António Rocha Caria, Ricardo Bernardes e Alcídio Ferreira Torres de Carvalho. **CDU** – Avelino dos Santos Antunes, Sabina Isabel Estêvão Pereira, José Manuel Rosa Ferra, Mário Manuel Rocha Baliza Leonardo, Ana Catarina Jimenez e Vitor dos Santos Balegas. **PSD** – Luís Manuel Pedroso de Lima Luiz, João Manuel Pereira Afonso, Nadine Balasteiro, Sérgio Vasco, Alfredo



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Luís Dias Rodrigues e Maria do Carmo Guia. **BE** – Ricardo Caçoila e Cipriano Pisco. -----

Foram ainda registados os seguintes **Presidentes de Junta**: -----

Presidente da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro – Fernando Caria (PS); **União das Freguesias de Atalaia e Alto Estanqueiro/Jardia** – Luís Miguel da Silva Morais (PS); **Freguesia de Canha** – Armando José Carneira Piteira (PSD) **União das Freguesias de Pegões** – António Francisco Ferreira Miguéns (PS) e **Freguesia de Sarilhos Grandes** – Joaquim António Lopes da Silva Batalha (CDU).

Solicitou **substituição do mandato**, que foi apreciado e aceite pela Assembleia Municipal nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro: -----

Deputados Municipais

Francisco Salpico (CDU), tendo sido substituído pelo Deputado Municipal, Vitor dos Santos Balegas. -----

Ana Filipa Mota (PSD), tendo sido substituída pela Deputada Municipal, Nadine Balasteiro. -----

Fernando Coelho (PS), tendo sido substituído pela Deputado Municipal, Ricardo Bernardes. -----

A **Câmara Municipal** esteve **representada** pelo senhor **Presidente**, Nuno Ribeiro Canta. Presentes também os senhores **Vereadores**: Carlos Jorge Antunes de Almeida (CDU), Maria Mercês Borges (PSD), José Francisco dos Santos (PS), Ana



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Am
Pal
47

Isabel Leonardo Baliza (CDU), Pedro Nuno da Silva Vieira (PSD) e Maria Clara de Oliveira da Silva (PS). -----

Constatada a **existência de quórum**, a Senhora Presidente, abriu o período destinado à intervenção do público, de acordo com o artigo 32º do Regimento da Assembleia Municipal de Montijo. -----

O senhor **Munícipe Vítor Pereira**, no uso da palavra, disse: -----

“Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal do Montijo, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal do Montijo, Exmos. Senhoras e Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Deputados da Assembleia Municipal do Montijo. - Pergunta-se atualmente na Freguesia de Sarilhos Grandes que mal fizeram os Sarilhenses à Câmara Municipal do Montijo. -----

A Freguesia está horrivelmente suja com os seus contentores sem serem despejados há mais de 10 dias (contentor controlado por mim em frente a minha casa, e que só foi despejado hoje) ficando todos eles com um cheiro nauseabundo, que nos dias de mais calor, se nota do outro lado da estrada nacional (+/- 12 metros). Para quando a lavagem dos contentores que já levam mais de um ano sem ser lavados? A Câmara não terá (penso eu) como fazer a lavagem dos contentores. Mas será que um carro de lavagem dos contentores será mais caro e menos útil que o autocarro que a Câmara vai pagar para a Junta Montijo/Afonsoeiro? -----

Acontece também que nesta época de muito calor aparecem em Sarilhos, saindo dos sumidouros de recolha das águas pluviais e das tampas de esgoto, baratas que se agarram às paredes das casas e andam pelos passeios como se



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fossem pessoas. Para quem nunca viu, pode vir a Sarilhos ver baratas voadoras. Depois, temos as estradas de Sarilhos que estão reduzidas a metade da sua largura. Em nenhuma delas existem bermas de passagem pois as ervas e o canal ocupam metade das estradas. Até a estrada nacional está diminuída pois existe 0.5 metro de areia de cada lado que facilmente podia e deveria ser removida. -----

Temos ainda na Lançada, ao fundo da rua que acompanha o campo da bola do Vasco da Gama, uma saída de esgoto a céu aberto, a deitar porcaria para a água da maré 24 horas por dia, dando de beber às ratazanas que parecem coelhos. A população agradece a eliminação desta saída para acabar com o cheiro nauseabundo que dali sai e que aumenta nos dias de calor acentuado. ----
Existem ainda na Freguesia alguns cães que se concentram no Largo do Coreto pois é o sítio onde alguns moradores, inconscientemente, lhes dão água e comida. Acresce que os cães transportam (à vista) pulgas e carraças. O Largo do Coreto é onde param muitos moradores adultos com crianças. -----
Como se vê são coisas simples que podem e devem ser resolvidas para proteção sanitária da população pois nunca se sabe quando uma qualquer epidemia pode aparecer e atacar crianças e adultos, sabendo nós que as epidemias não têm olhos para escolher as pessoas que devem atacar.” -----

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, disse: “Tomei nota e vamos tentar resolver tudo o mais rápido possível.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberto o período



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ANTES DA ORDEM DO DIA

Seguidamente, submeteu-se à aprovação as atas, tendo as mesmas obtido as seguintes deliberações: -----

Ata n.º 2 de 24 de fevereiro de 2014

Aprovada, com 23 votos a favor e 3 abstenções (Fernando Caria, Vitor Balegas e Cipriano Pisco). -----

Ata n.º 3 de 21 de março de 2014

Aprovada, com 24 votos a favor e 2 abstenções (Vitor Balegas e Armando Piteira). -----

Ata n.º 4 de 28 de junho de 2014

Aprovada, com 21 votos a favor e 5 abstenções (Vitor Balegas, Ricardo Caçoila, Sérgio Vasco, Maria do Carmo Guia e Fernando Caria). -----

O senhor **Deputado Municipal - Avelino Antunes** (CDU), no uso da palavra, colocou as seguintes questões: “No dia 28 de abril a senhora munícipe Dinora Caetano moradora em Sarilhos Grandes, Estrada dos Paulinos, Travessa dos Paulinos, no período destinado ao público, a senhora munícipe informou que existe uma vala, cujo aqueduto está partido. A vala está a ficar tapada pelas areias e lixo que se acumulam, é a própria vala que está a deixar de existir. A situação pode ser perigosa porque o aqueduto está partido e por baixo do alcatrão existem buracos. Alertou igualmente para o facto da existência de um

MA
Pelo
v



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

terreno abandonado com silvas muito grandes junto ao muro da casa e com a proximidade do verão, tem receio dos fogos. Solicitamos a intervenção urgente da Câmara Municipal e questionou o senhor Presidente da Câmara, sobre o que foi feito em relação a esta situação? -----

Relativamente às Recomendações, a Câmara Municipal deve executar as Recomendações aprovadas na Assembleia Municipal, nesse sentido queremos questionar, que medidas tomou em relação às duas Recomendações apresentadas pela CDU e aprovadas pela Assembleia Municipal, nomeadamente sobre a danificação das campas no cemitério devido ao derrube do muro, o senhor Presidente disse em reunião de Câmara Municipal que a autarquia apenas suportava os 50% dos custos dos danos causadas às sepulturas, salientando que a situação se deveu às condições climatéricas adversas e que por conseguinte a Câmara não tinha qualquer responsabilidade. O senhor Presidente não deve querer resolver o assunto desta forma porque à responsabilidade da Câmara Municipal a dois níveis, a má colocação das árvores junto ao muro e por outro lado as construções públicas ou privadas devem ser feitas de forma a suportar rajadas de vento até 150 Km hora. Por conseguinte as rajadas de vento foram muito inferiores aos 150 Km hora e as árvores foram mal colocadas junto ao muro, pelo que a Câmara Municipal é responsável pela situação ocorrida e deve suportar na totalidade os danos causados nas campas. A chamada curva da morte, situação depois do Bairro da Caneira na Estrada Municipal Montijo/Samouco, que foi objeto de Recomendação desta Assembleia Municipal, por proposta da CDU, que medidas já foram tomadas pelo senhor Presidente? -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal os eleitos da CDU, militantes do PCP



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Am
Pal
47

enviaram documentação para a Câmara Municipal através da Mesa da Assembleia Municipal, para que as suas senhas de presença fossem enviadas para o Edifício Arrábida através de cheque. Recebemos mais tarde, um ofício da Câmara Municipal que não foi através da Mesa da Assembleia Municipal que tinha enviado o processo, o que entendemos tratar-se de uma atitude deselegante para com a Mesa da Assembleia Municipal, onde nos informaram que não procederem ao andamento do nosso pedido e que temos que preencher um novo formulário e indicar o nosso número de conta bancária. Senhor Presidente da Câmara Municipal, não podemos ser obrigados a ter conta bancária para receber as senhas de presença e que neste caso até não é para proveito próprio, podemos querer guardar o dinheiro em casa! Não podem por esta via obrigar-nos a ter conta bancária nem ajudar a engordar mais a banca. Em relação às rendas comerciais sobre os edifícios de que a Câmara Municipal é proprietária lamentamos profundamente de que os eleitos na Assembleia Municipal do PS e do PSD tenham inviabilizado com os votos contra uma proposta extensiva a todos os arrendatários da Câmara Comércio Local, para valor de renda idêntico ao que aprovámos em 2012, devido à crise existente e que se faz sentir de forma assustadora no comércio local. -----
O argumento do interesse camarário não pode por em causa ser uma defesa e dinamização do comércio local. A Câmara não se pode comportar como uma entidade que quer sustentar-se no encaixe financeiro das rendas, a Câmara não é de acordo com o vocabulário neoliberal uma entidade empreendedora no mercado de arrendamento." -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ainda no uso da palavra o senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes** (CDU), leu duas **Moções**, que abaixo se transcrevem: -----

**PELO DIREITO DA POPULAÇÃO DO CONCELHO DE MONTIJO AO TRANSPORTE
PÚBLICO E À MOBILIDADE**

“O Governo do PSD/CDS pretende a coberto do tratado de agressão ao povo português que os partidos da política de direita – PSD, CDS, PS subscreveram com a Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional, entregar aos privados a exploração dos serviços públicos de transporte de passageiros prestados, pela Carris, Metropolitano de Lisboa, STCP, Transtejo e Soflusa – cinco das maiores e mais importantes empresas de transportes públicos do país.-----

Nos últimos meses sucedem-se os anúncios pelo Governo do PSD/CDS de um conjunto de medidas relacionadas com os transportes públicos na AML – Área Metropolitana de Lisboa que levantam as maiores apreensões quanto aos direitos dos trabalhadores e os seus postos de trabalho e das populações e dos utentes à mobilidade e ao acesso ao transporte público.-----

Medidas como o anúncio de privatização da EMF da CP – Carga ou da entrega aos operadores privados, da Carris, Metropolitanos de Lisboa, Transtejo e Soflusa empresas estratégicas para o funcionamento global do sistema de transportes na AML levantam enorme preocupação quanto aos direitos dos utentes e populações, ao acesso aos transportes públicos e à mobilidade na região.-----

Medidas com alcance daquelas que agora o Governo está a tomar levantam



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Am
Pab
47

ainda as maiores preocupações, pois estão a ser tomadas à margem das autarquias locais, que não são ouvidas sobre as opções apontadas e que terão profundas e negativas implicações em todas as esferas da vida da Região.-----

Os elementos já divulgados de mais esta operação de entrega aos privados o que revelam e que são mais Parcerias Público Privadas com um enorme esbulho do património e finanças públicas efectuado à medida e desejo dos grupos privados.-----

O Governo justifica ainda a opção de entrega aos privados destas importantes e estratégicas empresas com o argumento que visa promover a eficiência na prestação do serviço público de transporte de passageiros, permitindo, por um lado, reduzir os encargos do Estado na prestação deste serviço público e, por outro, assegurar o cumprimento das obrigações de serviço público de acordo com elevados padrões de qualidade e segurança.-----

Quanto aos objectivos agora propalados em nada são diferentes daqueles que foram aduzidos em anteriores processos privatizadores como seja o da Rodoviária Nacional, já quanto aos resultados que efectivamente se verificam eles são substancialmente diferentes daquilo que anunciam como os utentes e as populações da Península de Setúbal bem os conhecem, ou seja, menos oferta de transporte e cada vez mais caro como mostram os casos da TST e da Fertagus.-----

As consequências destas opções e medidas que foram tomadas estão à vista, assim como eram correctas e acertadas as opiniões e alertas das autarquias sobre as erradas opções do Plano estratégico de transportes – que gerou redução da oferta a degradação da qualidade do serviço e a perda de passageiros.-----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Assembleia Municipal de Montijo reunida em 20 de Junho de 2014 delibera: --

- 1.Exigir ao governo que as Autarquias sejam ouvidas sobre todas as decisões relativas aos transportes públicos na área Metropolitana e que estas sejam construídas em negociação com as Autarquias.-----
- 2.Exigir que as Organizações Representativas dos trabalhadores destas empresas e as Comissões de Utentes sejam ouvidas sobre estas questões.-----
- 3.Exigir do Governo e da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa que os pareceres negativos sobre as alterações de horários e ou percursos, ou relativos a cortes na oferta sejam respeitados e desse modo garantir os direitos das populações ao transporte público e à mobilidade.-----
- 4.Manifestar a sua oposição à concessão a privados das empresas públicas de transporte da Área Metropolitana de Lisboa, garantido a sua propriedade e gestão públicas.”-----

PELA DEVOLUÇÃO DAS FREGUESIAS AO POVO

“Considerando que o Partido Comunista Português interpretando os direitos, sentimentos, necessidades e desejos das populações e dos seus eleitos autárquicos, manifestada em várias iniciativas e, nomeadamente, na grande manifestação realizada em Lisboa pela Associação Nacional de Freguesias ANAFRE, apresentou na Assembleia da República projectos de lei que têm como objetivo devolver ao Povo as suas freguesias.-----

Considerando que nesse sentido apresentou no passado dia 24 de Abril:-----
Projecto de Lei – Criação de freguesia do Afonsoeiro, concelho de Montijo, distrito de Setúbal;-----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
Pala
di

Projecto de Lei – Criação da freguesia do Montijo, concelho de Montijo, distrito de Setúbal;-----

Projeto de Lei – Criação da freguesia da Atalaia, concelho de Montijo, distrito de Setúbal; -----

Projeto de Lei – Criação da freguesia do Alto Estanqueiro-Jardia, concelho de Montijo, distrito de Setúbal;-----

Projeto de Lei – Criação da freguesia de Pegões, concelho de Montijo, distrito de Setúbal;-----

Projecto de Lei – Criação da freguesia de Santo Isidro de Pegões, concelho de Montijo, distrito de Setúbal;-----

A Assembleia Municipal do Montijo reunida em 20 de Junho de 2014 delibera: --

1. Manifestar o seu incondicional apoio aos projectos de lei de criação das freguesias do Afonsoeiro, Montijo, Atalaia, Alto Estanqueiro/Jardia, Pegões e Santo Isidro de Pegões.-----

2. Regozijar-se com esta iniciativa parlamentar do Partido Comunista Português.-

3. Apelar para que as forças políticas representadas na Assembleia da República respeitem os sentimentos das populações e dos seus eleitos locais, quando chamados a pronunciarem-se sobre os diplomas acima referenciados, votando favoravelmente para que as freguesias sejam devolvidas ao Povo, o que enriquece a democracia representativa e participativa emanada do 25 e Abril.”--

O senhor **Deputado Municipal – João Afonso (PSD)**, no uso da palavra, cumprimentou os presentes e disse: “ Na última sessão da Câmara Municipal o senhor Presidente da Câmara apresentou um pedido de desculpas ao senhor ex-deputado Alberto Fernandes, por um incidente que ocorreu no último mandato



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desta Assembleia Municipal. -----

Eu no entanto gostaria de complementar a informação que o senhor Presidente deu à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal, lendo dois ou três parágrafos da sentença proferida pelo Tribunal do Montijo. -----

“No que respeita aos factos que a seguir se enunciarão entende-se que os mesmos consubstanciam a prática de um crime de ofensa à integridade simples, p.p pelo artigo 143.º e não um crime de ofensa à integridade física qualificada, p.p pelo artigo 145.º, n.º 1, alínea a) e n.º 2, do CP, tendo em conta as circunstâncias em que os factos ocorreram, bem como as respetivas consequências, nomeadamente quanto às lesões provocadas, cuja gravidade é diminuta, não operando automaticamente a qualificação prevista nesta norma legal. -----

Das diligências levadas a efeito nos presentes autos, resultaram, suficientemente, indiciados os seguintes factos: -----

No dia 15 de junho de 2011, cerca das 22 horas, na Câmara Municipal do Montijo, enquanto decorria a sessão da Assembleia Municipal, na qual se encontravam presentes cerca de cinquenta pessoas, o arguido Nuno Miguel Caramujo Ribeiro Canta, à data vereador desta autarquia, na sequência da leitura, por parte do assistente Alberto Fernandes, de uma declaração política, levantou-se do seu lugar que ocupava, agarrou numa jarra de vidro que se encontrava sobre a mesa, na qual bateu com tal objeto, partindo a referida jarra, após o que atirou a parte que lhe ficou na mão na direção do assistente, atingindo-o, no braço, na qual provocou ferida incisa... -----

Incorreu o arguido, como autor material e na forma consumada, na prática de um crime de ofensa à integridade física simples, p.p pelo artigo 143.º do CP. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MA
Pab
47

Estando já reunido nos presentes autos o núcleo essencial da prova e não se vislumbrando utilidade na realização de outras diligências, afigura-se-nos adequado o recurso ao instituto previsto no artigo 281º do Código de Processo Penal – a suspensão provisória do processo... -----

Assim sendo e tendo em conta o que ficou acima exposto, o Ministério Público, considera adequado impor ao arguido Nuno Canta, as seguintes injunções, por entender que as mesmas respondem suficientemente às exigências de prevenção especial e geral, no caso, se fazem sentir: -----

a) Entrega da quantia de 1.179,90€, no prazo de três meses, através de transferência bancária, devendo, no mesmo prazo, juntar aos autos o respetivo comprovativo; -----

b) Apresentação de pedido de desculpas formal ao assistente, a ser publicado na Câmara Municipal do Montijo e apresentado em sessão de Câmara da Assembleia Municipal, no prazo de três meses, a contar da decisão da suspensão provisória do processo...” -----

Quando o senhor Presidente da Câmara apresentou o pedido de desculpas formais, esqueceu-se seguramente de explicar a sentença a que foi condenado. Portanto, toda a versão que foi levada a cabo pelo senhor Presidente da Câmara aquando dos factos, falando de assassinato de carácter, não foram confirmados no Tribunal Judicial do Montijo, pelo contrário, foi exatamente confirmado a versão do queixoso na altura o senhor autarca Alberto Fernandes, nesse sentido eu tive o cuidado também de verificar a compatibilidade entre a conduta do senhor Presidente e o Código de Conduta dos Eleitos Locais e também o Código de Conduta dos Autarcas do Partido Socialista do Montijo, que os autarcas devem atuar de acordo com a lei e o estado de direito, devem defender a paz e



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

os valores cívicos e portanto eu pergunto-me em que medida é que o senhor Presidente defendeu a paz e os valores cívicos, nesta sua atuação. Tenho alguma dificuldade em perceber de que forma é que o comportamento do senhor Presidente se coaduna com o Código de Conduta. -----

Os autarcas atuais do Partido Social Democrata e independentes locais nesta bancada, não deixarão naturalmente de manifestar publicamente a solidariedade pelo seu ex-colega e autarca. -----

Termino com uma pergunta: Quem pagou os honorários do advogado que defendeu o senhor Presidente de Câmara, neste processo? E se foi a Câmara Municipal, quanto custou este processo?" -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: “Esta é uma matéria muito específica e uma situação muito concreta e que eu daria a palavra desde já se o senhor Presidente da Câmara, para responder sobre esta questão, para não deixarmos passar mais tempo, se o senhor Presidente assim o entender. Só permitimos que esta matéria seja aqui tratada, porque a sede dos incidentes foram aqui e assim encerramos definitivamente este assunto.” -----

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, disse: “Não houve nenhuma sentença, como aliás eu acho que o senhor Deputado comete aqui um grave erro do ponto de vista de avaliação jurídica e eu penso que pela sua responsabilidade enquanto advogado, o senhor levantou aqui uma questão que nos deixa muito inquietados. -----

O senhor Deputado confundiu um acordo que houve entre eu próprio, enquanto arguido e o senhor Alberto Fernandes enquanto assistente. Um



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials in blue ink.

acordo entre nós os dois, sem qualquer avaliação por nenhum Magistrado, de qual era a versão que estava correta. Foi proposto pelo Ministério Público realmente recorrer de uma “figura” que é a suspensão do processo, caso nós os dois chegássemos a um entendimento. -----

Foi entendimento nosso, que nós teríamos determinadas injunções, não são sentenças, isso é outro erro que o senhor Deputado comete aqui nesta Assembleia, e eu lamento imenso estar sempre a corrigi-lo, sendo o senhor um advogado. -----

Na sequência dos incidentes, uma vez que a água caiu sobre o computador, o senhor Alberto Fernandes, achava que devia ser ressarcido desse bem e valorizou pelo valor que o senhor Deputado informou. A primeira vez que o senhor Alberto Fernandes colocou esta questão foi à Câmara Municipal, tendo esta respondido e bem de que não pagaria o computador. -----

Nesse sentido o senhor assistente Alberto Fernandes, porque se sentia obviamente prejudicado, colocou essa questão como uma das condições do acordo, que o arguido Nuno Canta aceitou e pagou. -----

A segunda condição tem a ver com o pedido de desculpas, o arguido Nuno Canta, colocou na Assembleia Municipal, o pedido de desculpas. Por isso encontrámos aqui uma situação de acordo. O senhor Deputado João Afonso, faz aqui um truque de tentar trazer um acordo entre as duas partes e dizer que isto é uma sentença. -----

Quanto à questão que colocou, de quem pagou os honorários do advogado, obviamente que só poderia ser o arguido, o meu advogado foi suportado por mim. -----

É vergonhoso da sua parte trazer aqui a esta Assembleia Municipal este caso, o



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

senhor não estava presente, não tem noção como tudo se passou. Este caso já foi do nosso ponto de vista encerrado e resultou de um acordo entre duas partes na fase instrutória do Ministério Público.” -----

O senhor **Deputado Municipal – João Afonso** (PSD), no uso da palavra, respondeu: “O senhor Presidente da Câmara continua juridicamente a estar mal aconselhado. Não houve nenhum acordo, os acordos nestes processos são feitos na presença do juiz e uma das partes desiste do processo e apenas é fixado um valor indemnizatório. Não foi este o caso. Na existência de indícios fortes, o Ministério Público, fez uma proposta em que se provou que o senhor praticou estes atos. Mas aqui há uma questão fundamental, esta Câmara e esta Assembleia tem todo o direito, tal como eu tenho todo a legitimidade de trazer aqui este assunto, porque foi aqui que o acidente ocorreu e cabia ao senhor e não a mim trazer este assunto e esclarecer a Câmara e a Assembleia.” -----

Ainda no uso da palavra o senhor **Deputado Municipal – João Afonso** (PSD), colocou algumas considerações ao senhor Presidente da Câmara, com a seguinte questão: “Todos nós fomos confrontados com o jornal “Montijo Hoje” e no editorial diz que a informação que irá ser prestada aos munícipes deste concelho, será uma informação plural, diversificada e criativa. -----
Eu, gostaria que o senhor Presidente da Câmara explicasse, o adjetivo de plural no seu entendimento, porque eu vejo um jornal que só tem informação do senhor Presidente. Eu não sei qual é o seu conceito de pluralidade, se é ter muitas páginas com a sua informação pessoal ou se o conceito de pluralidade será como o meu, que este sendo um órgão da Câmara Municipal, deverá



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
Paly
97

também consagrar o trabalho e as opiniões dos restantes autarcas da Câmara Municipal. -----

O conceito de pluralidade do senhor Presidente deverá ser aferido, porque olhando para o jornal, de plural parece ter muito pouco. Igualmente de acordo com o editorial diz o seguinte *“Montijo Hoje colocará sempre a centralidade do processo da comunicação no cidadão e não na promoção pessoal de qualquer agente público”*. Eu não sei se o senhor Presidente se considera agente público, eu considero o senhor Presidente da Câmara Municipal agente público e tive o cuidado de contar quantas fotos o senhor Presidente tem neste jornal. O senhor Presidente tem 17 fotos suas neste jornal, portanto, eu gostaria que esclarecesse o que entende por não promoção pessoal de agente público, a não ser que o senhor Presidente entenda que não é um agente público. Quanto a este assunto, quero perguntar quanto custa este jornal à Câmara Municipal?” ---

Seguidamente e ainda no uso da palavra, leu uma **Declaração Política**, que a seguir se transcreve: -----

“Com o surgimento do Iluminismo e com os ideais defendidos pela Revolução Francesa, o absolutismo chegou ao seu fim, substituído em muitos países pela República, ficando conhecido como “Antigo Regime”.-----

Diversos países da Europa passaram pelo regime absolutista. A França foi governada pelo Rei Luís XIV, o mais célebre absolutista francês, conhecido como “O Rei Sol”, que ficou famoso pela sua célebre frase “O estado sou eu”.-----

O absolutismo sustentado por autores como Nicolau Maquiavel fundamentavam a legitimidade do rei absoluto no direito divino.-----

O Sr. Vice-Presidente Francisco Santos é, segundo sabemos, titular do pelouro



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da divisão de gestão financeira e patrimonial devendo ser, por essa razão, competente para assinar e responsabilizar-se por todos os documentos e despachos desse pelouro.-----

Constatamos, no entanto que as propostas 19/2013 de 30/10; 84/2013 de 11/12, 136/2014 de 25/12 e a presente 250/2014, foram todas propostas pelo Sr. Presidente de Câmara e não pelo Vice-Presidente a quem formalmente cabe essa competência.-----

Mas há mais,-----

Como todos sabemos, a chefe da divisão de gestão financeira é a Sr.^a Dr.^a Cristina Bastos Canta tendo sido, e muito bem, a responsável pela fundamentação técnica das propostas acima referidas.-----

Mas como todos sabemos, e não podemos ignorar, o Sr. Presidente é cônjuge da chefe da divisão de gestão financeira.-----

Levantam-se nesta fase as seguintes questões:-----

Quem é efetivamente o responsável pelo pelouro da divisão de gestão financeira e patrimonial? O Sr. Presidente ou o Sr. Vice-Presidente?-----

É razoável, independentemente da sustentação legal, e aceitável que um eleito e uma funcionária pública quando marido e mulher proponham e assinem conjuntamente propostas de edilidade?-----

Não discutimos a honestidade dos visados colocamos apenas as questões no plano das relações institucionais que deverão prevalecer entre os eleitos e no plano ético funcional que deverá nortear os comportamentos de todos os autarcas.-----

A Câmara Municipal de Montijo deve ser governada não só no respeito pelo primado da lei mas também pelo cumprimento das regras democráticas e, ... já



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
Paly
H

agora., pelo bom-senso.-----

Longe vão os tempos em que os reis ou casais reais e suas cortes de aias governaram sem prestar contas aos súbditos.-----

Os Montijenses não poderão aceitar que a câmara fique disfuncional e bloqueada!-----

Os Montijenses não poderão aceitar que alguns autarcas não respeitem nem façam respeitar o interesse público e a funcionalidade dos órgãos!-----

Os Montijenses não poderão aceitar que o presidente não respeite a relação institucional com os seus pares!-----

Os Montijenses não poderão aceitar que o Sr. Presidente alimente permanentemente a conflitualidade sem sentido!-----

Os Montijenses não poderão aceitar que a vida pública chegue ao grau zero!-----

A vida pública Montijenses não poderá ser denominada por um qualquer casal real e a sua aia.-----

Não estamos na época medieval! Vivemos no período da modernidade.-----

A vida pública Montijense não se poderá confundir, ainda que ligeira e fugazmente, com a vida doméstica e familiar dos seus autarcas.-----

As propostas e documentos do órgão câmara tem a dignidade dos documentos oficiais, não são papel de rascunho.-----

Há órgãos e autarcas democraticamente eleitos pelo povo que deverão ser por todos respeitados.-----

Perante tudo isto, pergunta-se qual a reacção do PS e CDU.-----

Aos autarcas do partido socialista, alguns deles, funcionários da edilidade ou com parentes directos funcionários da edilidade, exige-se, por respeito ao mandato que os cidadãos lhes concederam que sejam “grandes” fiscalizando



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

livre e criticamente os actos de todos os autarcas independentemente da cor partidária.-----

Quantos aos autarcas do partido comunista pede-se-lhes que por minutos esqueçam a retórica odiosa que os move contra tudo e todos que abandonem os truques e tacticismo e pensem se é sustentável, por muito mais tempo, manter o apoio efectivamente acrítico a este executivo socialista.-----

A câmara não sou eu! A câmara não sou eu!"-----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para **defesa da honra**, tendo o mesmo afirmado: "A declaração política que o senhor Deputado João Afonso acabou de ler, não tem sentido, pela vida pública que já tenho de 16 anos, sempre provei a minha honorabilidade, a minha honestidade e a minha maneira de trabalhar para o Montijo e para os Montijenses. O senhor Deputado João Afonso esquece isso permanentemente, porque tem interesses mesquinhos do ponto de vista partidário e traz aqui a esta Assembleia uma situação que é conhecida de todos os Montijenses. -----

para evitar qualquer problema a esse nível e porque tenho o Código de Conduta dos Autarcas do Partido Socialista, no início do mandato, atribuímos o pelouro financeiro ao senhor Vereador e Vice-Presidente da Câmara Francisco Santos. Isto também para evitar esse tipo de especulação política que o senhor Deputado aqui trouxe, ofendendo as pessoas, nomeadamente na suspeição que levanta de poder haver aqui benefícios e do meu ponto de vista, evocando aqui uma situação que me parece verdadeiramente sem sentido, evocar o regime absolutista, dos reis absolutos e que têm o domínio sobre tudo. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Pach' and the number '47' below it.

Todos os documentos financeiros são discutidos e aprovados na Câmara Municipal, também são enviados à Assembleia Municipal e são do conhecimento de todos os membros da Assembleia Municipal. Como o senhor Deputado é tão solícito a colocar estas questões, devia ter colocado esta questão às inspeções superiores, era o que devia ter feito, do ponto de vista ético e da lealdade política, que tem para com o órgão Câmara Municipal.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, deu a palavra ao senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, para **defesa da honra**, tendo o mesmo afirmado: “O PSD constantemente traz à colação a palavra “noivado” e que somos benévolos com o PS, porque temos interesses. Queremos hoje aqui reafirmar, que há questões que não têm nada a ver connosco, mas compreendemos que o PSD, pense assim, devido à sua natureza de classe sempre ligada ao grande capital. A única tática que o PCP tem, é a defesa das populações e o nosso comportamento é e será sempre igual e não seremos bengala de ninguém e lutaremos sempre pela defesa do funcionamento dos órgãos, não fazemos política de terra queimada, entendemos que as Câmaras Municipais devem ter planos de atividades e orçamentos. -----
Nós o que fazemos na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal é pugnar pelo funcionamento dos órgãos e defender intransigentemente, os direitos das populações e vamos ver agora na Assembleia da República, que votação irá ter o PSD, para devolver ao povo as freguesias.” -----

A senhora Deputada Municipal – Fernanda Fernandes (PS), no uso da palavra, leu duas **Declarações Políticas**, que abaixo se transcreve: -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ELEIÇÕES EUROPEIAS - 2014

“O Partido Socialista ganhou as eleições para o Parlamento Europeu, no passado dia 25 de maio. Ganhou a nível nacional com 31,49% dos votos e ganhou no Concelho do Montijo com 30,41% dos votos – e em todas as Freguesias com exceção da Freguesia de Sarilhos Grandes.-----

Há que sublinhar o significado político da vitória do PS, a nível nacional e local. --

A nível nacional representa a vitória de um projecto europeu pautado pela integração plena e a relação democrática entre os estados-membros;-----

em contraponto com a incomensurável derrota dos partidos da maioria do governo, PSD e CDS, do seu contributo ideológico e política ativa em prol de uma europa austeritária e cada vez mais desigual;-----

a nível nacional tornou-se audível, mais uma vez, o clamor popular contra as políticas que se gabam de ir “para além da troika” à custa dos mais desfavorecidos, dos funcionários públicos e dos pensionistas, políticas de catástrofe social cujos resultados estão à vista de todos – aumento da dívida pública, destruição de grande parte do tecido produtivo, aumento do desemprego, emigração massiva, hipotecando a geração mais qualificada da nossa história.-----

Estas eleições ficaram porém marcadas, de forma lamentável, pela elevada abstenção – 69,25% no Concelho do Montijo, ligeiramente acima da média nacional.-----

Estes índices de abstenção, que evidenciam o crescente divórcio entre a sociedade civil e a sociedade política, deve preocupar os partidos, os agentes políticos, os autarcas – que deverão reflectir e empreender todos os esforços



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Pal' and '97'.

que conduzam a uma reconciliação entre a política e a cidadania, a um retorno à política como voz dos interesses comuns, defesa da liberdade, luta contra índices inqualificáveis de desigualdade económica e social, de acesso à saúde e à educação, em suma, defesa da dignidade inerente à vida social e pessoal do ser humano.-----

Encaramos os resultados obtidos no Concelho, pelo Partido Socialista, como um reforço do sinal inequívoco de confiança das populações, mas também e acima de tudo, com o sentido da responsabilidade acrescida.”-----

Ainda no uso da palavra, a senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes**, disse: -----

“Em maio de 2002, Sérgio Pimentel dos Santos intentou contra a Câmara Municipal de Montijo, - e contra, à data, a Presidente da Câmara e Vereadora do Urbanismo, eleitas nas listas do Partido Socialista -, uma acção emergente de responsabilidade civil extracontratual, no valor de 10.110.575,22€, com base numa alegada ilicitude cometida pelo Município do Montijo no âmbito do processo de loteamento que culminou na emissão do alvará de licença de loteamento nº263/99, de 15 de dezembro de 1999, relativo à Quinta das Nascentes.-----

Os fundamentos desta acção assentavam numa pretensa invalidade da deliberação da Câmara Municipal tomada em 22 de julho de 1998, que revogou uma anterior deliberação de 6 de agosto de 1997, da responsabilidade política da gestão CDU.-----

A segunda deliberação (de 1998) da Câmara Municipal fundamenta a revogação (da primeira, de 1997) na constatação de a mesma incorrer em violação do



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Plano Diretor Municipal, não respeitando as disposições que regulam as cedências para espaços verdes e equipamentos. Verificava-se que a proposta da CDU, além de violar grosseiramente o PDM, tinha como consequência impedir que a Quinta das Nascentes pudesse vir a ser um espaço verde, público, de fruição para todos os montijenses.-----

Em 1 de Setembro de 1999, veio a ser aprovada uma nova proposta de loteamento entretanto apresentada na sequência da revogação, em que o loteador foi obrigado a cumprir com os índices previstos no PDM de Montijo, o que a inclusão da Quinta das Nascentes permitiu. O loteador optou por enveredar por um processo litigioso contra o Município do Montijo.-----

Não obteve sucesso.-----

- A acção foi declarada não provada e improcedente por sentença proferida pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa;-----

- Desta sentença, foi, em seguida, interposto recurso jurisdicional;-----

- Tal recurso foi agora julgado pelo Supremo Tribunal Administrativo, que por Acórdão de 15 de maio de 2014, nos autos que correram termos sob o nº 963/09, negou “provimento ao recurso, mantendo-se a sentença recorrida e, consequentemente”, julgando “a acção totalmente improcedente, absolvendo as rés do pedido”.-----

Este Acórdão tem um significado incontornável para os montijenses que veem, assim, finalmente respeitado o seu direito de propriedade pública da Quinta das Nascentes, inserida na estrutura verde primária da cidade, no Corredor Verde da Mundet.-----

Representa, o Acórdão, também-----

➤ uma vitória clara da política urbanística do Partido Socialista, dos últimos



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
Pab
97

dezasseis, quase dezassete anos, de defesa do interesse público e do bem comum, contra o favorecimento ilegítimo de interesse privados;-----
- uma vitória das políticas que se norteiam, pelo rigor, respeito pela 'coisa pública' e pela seriedade."-----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, prestou a seguinte informação:
"Vou remeter o Acórdão para o senhor Vice-Presidente da Transparência Internacional, Dr. Paulo Morais, que costumava genericamente fazer ataques aos autarcas, acusando-os de serem corruptos, para ele perceber que não se pode meter tudo no mesmo saco, nem no Montijo, nem em qualquer concelho. Os políticos genericamente são pessoas honestas, o que o senhor Dr. Paulo Morais faz ao meter tudo no mesmo saco, é favorecer efetivamente uma visão de diminuição de capacidade de intervenção dos políticos, designadamente os autarcas."-----

O senhor **Deputado Municipal – Ricardo Caçoila (BE)**, no uso da palavra colocou questões ao Executivo Municipal, que passo a transcrever: "Existe uma grande ausência da promoção por parte da Câmara Municipal de artistas em todas as vertentes do município. Ou seja, a falta de um espaço para estes artistas exporem os seus trabalhos, como por exemplo pintura, escultura, etc. -----
Igualmente, também não existe um concurso de bandas de música ou de um concurso ligado à prosa ou à poesia, deveria haver por parte da Câmara Municipal uma promoção nesse sentido, para as gerações mais novas terem oportunidades e mostrarem os seus talentos. -----
Também sinto que existe um abandono por parte da Câmara Municipal, à



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Biblioteca Municipal, a biblioteca não está a ser investida, não tem grande atividade, a interação com o público jovem deveria ser mais promovida e fazer uma ponte de ligação às escolas, tal como às freguesias. Qual é a estratégia da Câmara Municipal em conjunto com os senhores Presidentes de Junta, tentar promover e alterar esta situação? -----

Ao nível do desporto, pretendo saber o ponto de situação sobre o projeto existente do Skate Park, junto à Rotunda da Força Aérea? -----

Referenciar dois ringues abandonados no nosso concelho, um que está junto às Casas do Montepio e o da Caneira. Vai haver algum investimento ou estão a estudar alguma estratégia para a utilização destes dois ringues? -----

Quanto ao “Jornal Hoje”, que já aqui foi mencionado, pretendo saber se os grupos com assento na Assembleia Municipal, vão ter direito a algum espaço? –

Por último, saudar e felicitar a iniciativa da Câmara Municipal do Dia da Criança, que decorreu muito bem e deve ser valorizada.” -----

Ainda no uso da palavra o senhor **Deputado Municipal – Ricardo Caçoila (BE)**, leu uma **Moção** alusiva ao **MAPA JUDICIÁRIO**, que a seguir se transcreve: -----

“Em breve as populações do Montijo e Alcochete, vão ser afectadas pela desqualificação do Tribunal do Montijo.-----

A 1 de Setembro de 2014 entra em vigor o novo mapa judiciário (Lei 62/2013 de 26 de Agosto e decreto-lei 49/2014 de 27 de Março). Esta reorganização dos tribunais constitui um atentado aos direitos fundamentais dos cidadãos, nomeadamente o acesso ao direito e aos tribunais.-----

No que ao Montijo e Alcochete diz respeito, o novo mapa judiciário vai “atirar” os cidadãos para Almada e Barreiro.-----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
Baly
71

O tribunal do Montijo, neste momento, tem competências para preparar e julgar todos os processos da natureza civil e criminal (com exceção dos processos de família e menores e de trabalho que pertencem à comarca do Barreiro), conta com 3 secções de processos, cada uma com um Juiz titular.-----

Como todos sabem, o tribunal do Montijo, foi objecto de uma remodelação de fundo (onde se investiu o dinheiro de todos nós) e conta, agora, com 3 salas de audiências totalmente equipadas. A par com a remodelação o erário público suportou o custo do aluguer das instalações provisórias.-----

A partir de 1 de Setembro de 2014 o tribunal do Montijo passará a ter apenas duas secções (uma destinada a processos de natureza civil de valor inferior a 50.000 euros e outra destinada aos processos de natureza criminal a serem julgados por um único Juiz).-----

Tudo o resto, processos civis de valor superior a 50.000 euros, processos crime com intervenção de tribunal colectivo, insolvências, instrução criminal, passam uns para as competências do tribunal de Almada e outros para a competência do tribunal do Barreiro.-----

A justiça vai ficar mais distante, ainda mais cara e certamente inacessível para todos os que não dispõem de meio de transporte próprio.-----

A Assembleia Municipal do Montijo reunida a 20 de Junho de 2014 decide:-----

1. Protestar contra esta medida do governo que vai afastar a população cada vez mais do direito à justiça;-----

2. Manifestar solidariedade com os Advogados e a sua ordem para as formas de luta que vierem a realizar;-----

3. Manifestar a nossa solidariedade com os trabalhadores que podem ser envolvidos com este processo”-----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A senhora **Deputada Municipal – Sabina Pereira (CDU)**, no uso da palavra leu uma **Declaração Política**, cujo teor a seguir se transcreve: “Podemos pretender ser quanto queiramos; mas não é lícito fingir que somos o que não somos” – disse-o Ortega Y Gasset na sua obra “O Livro das Missões”-----

Assim se vai na gestão autárquica municipal do Montijo, onde se faz de conta é directamente proporcional ao estrondo do fim de ciclo e onde o desatino, a incapacidade, o amadorismo e a vontade de metamorfose, são “o pão nosso de cada dia”...-----

Concretizamos:-----

O actual arrais, apesar da “obra” que diz ter o seu dedo e de ter sido um vice-presidente de Câmara com estágio de 16 anos – envolveu-se, qual crisálida, num casulo, nas derradeiras semanas do mandato anterior, e aí ficou alheio ao mundo, esperando o “parto de risco” de uma vitória de Pirro, para citar um conhecido analista político da nossa praça.-----

Percebido o fim de ciclo, o novo timoneiro, jurando no discurso fidelidade ao passado, tratou na prática, de esquecer quem era e de assumir aquilo que não foi: um autarca ao serviço dos reais interesses, direitos e anseios dos Montijenses. E fê-lo e fá-lo-á, sujeitando os Montijenses e as instituições ao espectáculo doloroso destes primeiros 7 meses de mandato. O desejo de se esconder de si próprio levou, por exemplo, o líder da Câmara Municipal e líder concelhio do PS a “rasgar” o compromisso que ele próprio também assumira, enquanto vice, com os concessionários dos espaços municipais, de baixar as respectivas taxas por razões de claro agravamento da situação socio económica.-----

Instado pela antecessora, na qualidade institucional que lhe assiste, a provar a



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

JA
Pob
97

desconformidade à lei da decisão que também votara no passado, o líder, de tropeção, agitou-se e foi o erário público a custear um extenso parecer, que o serve contra a antecessora e contra si próprio, e onde se lê, em resumo, que ambos teriam andando a pisar a linha amarela quando votaram, ambos, do mesmo lado...-----

Que triste espectáculo este de um presidente solicitar um parecer a um ilustre jurista, para se por em causa a si próprio e à sua antecessora e correligionária política?-----

Mas infelizmente há mais:-----

Num súbito entusiasmo populista e perigoso pela judicialização da política, o actual arrais não esteve de novas e, porque a assembleia municipal introduziu dois dedos de alterações numa proposta da câmara, exorbitando eventualmente das suas prerrogativas, clamou por novo parecer jurídico, pago pelo erário público e vão dois...-----

Mas pior, muito pior ainda:-----

Inspirado pelas infelizmente escassas tomadas de posição do Tribunal Constitucional contra os roubos ao Povo e ao País, o líder concelhio e camarário, da gestão PS/Montijo pôs, de novo, a gestão política nas mãos da justiça, mesmo alertado na hora pela sua antecessora, e decidiu submeter os Contratos com as Freguesias e Uniões de Freguesias ao visto do Tribunal de Contas, reafirmado, semanas depois, a mesma tolice política!-----

É o caos! O governo da cidade e do concelho passam para o escritório de ilustres causídicos ou para o nº65 da Avenida da República, sede oficial do Tribunal de Contas em Lisboa!-----

Não é Nuno Canta quem nos dirá o que a gestão quer e se é conforme à lei,



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aguarde-se a avisada sentença do Sr. Presidente Juiz Conselheiro, Guilherme d'Oliveira Martins, do Sr. Vice-Presidente Carlos Alberto Lourenço Morais Antunes, de todos os Senhores juízes Conselheiros e pronto!-----

Alertado pela oposição, alertado pela Presidente do órgão deliberativo do Município, ademais advogada, ademais sua antecessora e correligionária, alertado até pelo Parecer do jurista consultado que o considerou perfeitamente dispensável, o actual líder sujeita as Juntas sem capacidade financeira para executar os Contratos e sem estes – sem estes repete-se – a aguardar “de mãos atadas” a plena eficácia dos contratos que aguardam um visto de um Tribunal que “só” tem a seu cargo pareceres:-----

Sobre a Conta Geral do Estado;-----

Sobre a Conta da Assembleia da República;-----

Das regiões Autónomas;-----

Das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas;-----

Da Segurança Social;-----

Relatório de Auditoria;-----

De Verificação Externa de Contas;-----

De Acompanhamento de Execução Orçamental;-----

De Verificação Interna de Contas;-----

De Acompanhamento;-----

De Apuramento de Responsabilidades Financeiras;-----

Deliberações;-----

Acórdãos, Sentenças e Decisões;-----

Relatório Anual de Atividades;-----

Regulamentos;-----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Am
Raf
97

Instruções;-----

Resoluções;-----

Sr. Presidente da Câmara, quando é que vamos ter os Contratos de Execução no terreno?-----

Sr. Presidente, quem vai resolver o problema com que já se defrontam os montijenses na higiene e limpeza urbanas, jardinagem, desmatação, deservagem, recolha de monos, etc., etc., enquanto o Tribunal não priorize nas suas altas responsabilidades a análise dos Contratos no Montijo...-----

Pior, pior ainda, se é possível dizê-lo, é que mesmo que se dê de barato que a argumentação desenvolvida pelo jurista seja intocável e que a Assembleia Municipal não possa, por incompetência relativa, alterar os contratos, bastaria que se tivesse expurgado dos textos a eficácia retroactiva e que, como consta da Conclusão IX do Parecer do Dr. Gonçalo Ribeiro da Costa, se tratasse desse item em novas deliberações e acordos das autarquias e dos órgãos envolvidos!-----

Sr. Presidente da Câmara: A Bancada da CDU, ciente das responsabilidades que lhe assistem, da esperança legítima que os Montijenses nela depositam e na sua capacidade provada de gestão do território e de serviço às Populações e ao País, responsabiliza-o directamente e à sua gestão pelo caos que lança na vida interinstitucional deste território, pelos danos que inevitavelmente ocorrerão – já evidentes – na qualidade de vida dos Montijenses e chamá-lo-á a tirar as conclusões desta desordem política!-----

Ao órgão deliberativo do Município, à sua Mesa e Presidência, reafirmamos toda a disponibilidade para que os órgãos funcionem, para que se dignifiquem aos olhos dos montijenses, para que exista respeito interinstitucional entre os



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

órgãos do município.-----

O Montijo merece-o!"-----

O senhor **Deputado Municipal – Luís Luiz** (PSD), no uso da palavra e na qualidade de cidadão, disse: “Quero deixar aqui o meu reconhecimento de ação positiva por parte da Câmara Municipal do Montijo, em relação à União Mutualista Nossa Senhora da Conceição. Faço parte dos órgãos sociais e como é do conhecimento geral, existe uma série de valências, algumas com acordos de cooperação, outras, com protocolo com a Câmara Municipal. Congratulo-me com a cedência das instalações para o centro comunitário, designadamente a Casa Abrigo (vítimas de violência doméstica), por parte da Câmara Municipal, onde desenvolvemos as nossas ações, poupando aos cofres da União Mutualista um arrendamento, considerando-se assim uma ajuda muito importante. -----

Quero referir que, quando nós membros desta bancada, apresentamos determinados problemas, como foi hoje aqui o caso, de tentar corrigir ou criticar, estamos no nosso direito, não temos é que ouvir que é “vergonhoso”. É lamentável que nos ponham em cima uma tentativa de mordação. -----

Relativamente à ata n.º 2 de 24 de fevereiro de 2014, onde foi colocada uma questão pelo meu colega Deputado João Afonso, alusiva ao Mercado Municipal e cuja resposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, foi: “*temos alguns espaços livres no Mercado Municipal, estamos a concluir a lista das bancas livres para enviar aos senhores vereadores, temos alguns espaços devolutos e apenas um caso em que não há pagamento atempado da renda.*” Pretendo saber o ponto de situação, desta resposta. -----

Também pretendo saber , quando começam as obras do Mercado Municipal?---



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
Bel
H

Por último, quero apenas dar conta do meu regozijo pelo modo como decorreram as acções levadas a cabo pela Assembleia Municipal nas escolas, acções destinadas a assinalar os 40 anos do 25 de Abril.-----

Continua a verificar-se que o 25 de Abril, os seus ideais e as suas consequências mais positivas, continuam a ser um pólo aglutinador de diálogo e de partilha. A pluralidade de vivências e de maneiras a encarar o 25 de Abril e o antes do 25 de Abril foram apresentadas aos jovens de uma forma que me pareceu muito exemplificativa do que é e deve ser a democracia e a convivência democrática. Agradeço à Assembleia Municipal no seu todo e à bancada do PSD em particular, por me terem proporcionado a ocasião de participar nesta acção tão agradável e tão educativa.”-----

O senhor **Deputado Municipal – José Ferra (CDU)**, no uso da palavra leu uma **Moção**, cujo teor a baixo se transcreve:-----

NÃO À PRIVATIZAÇÃO DA EGF – EMPRESA GERAL DE FOMENTO

“A intenção do governo de privatização da Empresa Geral de Fomento não é nova e, a concretizar-se, significará na prática a privatização das 11 empresas multimunicipais nas quais a EGF detém 51% ou mais do capital e consequentemente, a entrega aos privados de 60% do sector de resíduos no País.-----

A EGF é, numa área estratégica, rentável, dispõe de modernas tecnologias e infra-estruturas, possui trabalhadores qualificados, movimentando anualmente cerca de 170 milhões de euros. Só em 2012, numa altura em que o Governo já tinha anunciado a intenção de proceder a privatizações no sector, foram



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

investidos, pelas empresas do grupo, perto de 45 milhões de Euros, o que não pode deixar de ser lido como mais um exemplo de investimentos públicos para lucros privados. -----

A privatização significará o aumento do preço cobrado e a diminuição da qualidade do serviço prestado, à semelhança de muitos outros processos de privatização. Os municípios perderão ainda mais capacidade de intervenção e a decisão num sector que lhes diz directamente respeito e de que são parte integrante, por direito e natureza. Os utentes perderão capacidade de controlo democrático, uma vez que não podem votar nas administrações de empresas privadas. -----

A privatização significará ainda um ataque ao emprego com direitos. As empresas, controladas pela EGF empregam cerca de 2000 trabalhadores cujos salários e condições de trabalho têm vindo a ser reduzidos para tornar mais apetecível a privatização. A lógica privada sobrepor-se-á ao objectivo de redução da produção de resíduos, objectivo central de política ambiental. -----

Para o capital privado, mais resíduos, mais lucros! As preocupações ambientais conflituam muitas vezes, como no caso em apreço, com o objectivo da maximização de lucros do accionista em benefício da segunda. -----

Este é igualmente um processo que não pode ser desligado dos sucessivos golpes às Autarquias, o seu estrangulamento financeiro, o bloqueio de acesso aos fundos comunitários, da utilização das Águas de Portugal e da ERSAR como instrumentos para subir tarifas e impostos e espoliar competências autárquicas nos serviços públicos, pondo-os sob a tutela do Governo, para os transformar posteriormente em negócios privados com o único objectivo de maximizar o lucro de capital à custa dos trabalhadores e do empobrecimento geral das



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Am
Pala
H

populações. -----

Assim, a Assembleia Municipal do Montijo, reunida no dia 20 de Junho de 2014, decide: -----

1. Reafirma que a gestão de resíduos é fundamental ao desenvolvimento equilibrado do País e essencial à preservação e conservação do meio ambiente, à coesão social e económica, à saúde pública e à qualidade de vida das populações; -----
2. Sublinha que este é um sector que deve manter-se na esfera pública e não deve ser transformado num negócio; -----
3. Apela à mobilização e luta das populações e dos trabalhadores contra este processo de privatização que conduzirá ao aumento das assimetrias económicas e da pobreza, bem como o aumento dos lucros da exploração monopolista de um sector estratégico e fundamental ao desenvolvimento do País; -----
4. Sublinha ainda que só o reforço da presença do Estado, a capacitação dos instrumentos públicos no sector e o apoio às autarquias garantem a universalidade do acesso e a qualidade deste importante serviço público.”-----

Ainda no uso da palavra, o senhor **Deputado Municipal- José Ferra** colocou as seguintes questões: -----

“Pretendo saber o ponto de situação em relação ao Cemitério Pinhal Fidalgo, em relação à passadeira na Avenida da Olivença, junto ao Bairro das Barreiras, cujos candeeiros continuam apagados e na mesma avenida a passadeira em frente à União da Graça, onde foram colocados os candeeiros novos também continuam apagados por falta de ligação elétrica. -----

Em relação à data de atribuição do Foral da Aldeia Galega, que o senhor



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente no passado respondeu que havia dúvidas, em virtude de haver historiadores que diziam que era 1514 e outros diziam 1515. No site da Câmara Municipal do Montijo, está a dúvida esclarecida, um foi em 1514 e o outro em conjunto com Alcochete foi em 1515. -----

Queria felicitar o executivo pela reposição no sentido do trânsito no antigo Cais dos Vapores, que foi muito contestado na altura. Agora, voltaram a repor, pese embora que a sinalização vertical continua a estar contraditória. -----

Por último felicitar o executivo pela aquisição de trincheiras novas, para as largadas das festas populares de S. Pedro.” -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, respondeu às questões suscitadas pelos senhores deputados municipais, pela mesma ordem que foram colocadas: “Relativamente às senhas de presença, iremos averiguar junto dos serviços, mas o que é normal é dar o NIB de uma conta pessoal, porque a senha funciona como um ordenado. Todos os senhores deputados que exercem funções públicas, têm que fazer uma redução remuneratória. -----

Quanto à informação da senhora munícipe Dinora Caetano, já fomos ao local e já verificamos tecnicamente a questão do aqueduto. Estão a ser tomadas medidas para resolver esta situação. Quanto ao terreno abandonado já foi visitado pelo Gabinete Florestal e o proprietário já foi notificado, se este não proceder em conformidade, nós iremos limpar a parte mais externa ou seja as bermas. -----

Quanto às sepulturas, não é uma decisão do Presidente da Câmara Municipal. Foi tomada uma Recomendação e essa Recomendação tem que ser avaliada juridicamente, a responsabilidade da Câmara Municipal é parcial. Essa questão



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
Raly
97

está devidamente fundamentada e de acordo com a lei nós iremos cumprir integralmente com o parecer jurídico que apurámos. -----

Quanto à questão do “Jornal de Hoje” iremos evidentemente dar espaço à opinião, cumprindo a pluralidade na sua essência e dar azo a opinião e declarações de cada partido. Quanto aos custos não tenho presente os valores, faço chegar. -----

Quanto à nossa agenda cultural, nesta área já fizemos um concurso de bandas filarmónicas, de música contemporânea, que teve lugar no CTJA. Também temos um concurso de poesia e prosa e um prémio para atribuir. Quanto às bibliotecas municipais, do nosso ponto de vista, não existe desinvestimento, é precisamente o contrário, nós temos feito grandes investimentos na Biblioteca Municipal e em particular nos últimos 12 anos, os polos da biblioteca, nomeadamente Esteval, Afonsoeiro, Canha, Pegões, etc., tiveram um grande desenvolvimento na rede escolar do 1º ciclo e jardins-de-infância. -----

Quanto à questão do Skate Park, não é uma ideia abandonada, mas obviamente está suspensa devido às condições financeiras que temos neste momento. -----

Quanto aos polidesportivos, a indicação que tenho é que o polidesportivo junto ao Montepio tem muita utilização. Na Caneira o polidesportivo tem sido muito vandalizado e neste momento temos que envolver os moradores num processo de intervenção. -----

Quanto á questão que a Deputada Sabina Pereira referiu sobre a suposta crise nas instituições, da parte da Câmara Municipal, não existe qualquer tentativa de descredibilização de nenhum órgão municipal, temos sempre trabalhado no sentido de dignificar os órgãos. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quanto aos pareceres que referiu, estes são solicitados por várias razões e pagos pelo erário público. Serão solicitados, sempre que haja necessidade de clarificar determinadas situações ou suspeitas de legalidade, como foi o caso das rendas municipais e dos acordos de execução. Os pareceres têm um contexto, têm um histórico, não aparecem por iniciativa própria. -----

Quanto à questão do Deputado Luis Luiz, relativamente ao vergonhoso, eu apenas respondo às perguntas que me são colocadas. -----

Quanto ao Mercado Municipal e como é do conhecimento geral, a obra foi adjudicada a uma firma que mais tarde veio apresentar dificuldades financeiras e que entrou num processo de revitalização económica, por esse facto, foi feita uma avaliação de precaução e solicitámos que a empresa encontrasse uma solução. Essa solução foi uma cessação de contrato e adjudicação à empresa classificada em segundo lugar. A obra vai arrancar em julho. -----

Quanto aos candeeiros, tomei nota e vou tratar dessa situação. -----

Quanto às datas da atribuição do Foral Aldegalega, legalmente existe um foral de setembro de 1514, que é o foral que se considera mais fidedigno, mas como existe uma dúvida, nós iremos fazer entre setembro de 2014 e janeiro de 2015 as comemorações, eventos e discussões sobre esta temática. -----

Quanto à alteração do trânsito no Cais dos Vapores, o que fizemos, resulta de uma conversa com os comerciantes da zona e a ideia é calcetarmos toda aquela zona, em frente ao comércio e passarmos a ter uma entrada e saída pelo parque de estacionamento.” -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
Pab
97

O senhor **Presidente da União das Freguesias de Montijo e Afonsoeiro – Fernando Caria (PS)**, no uso da palavra, leu uma Moção, cujo teor abaixo se transcreve: -----

**CENSURA AO ATUAL GOVERNO PELO ATAQUE À AUTONOMIA E
FUNCIONAMENTO DAS AUTARQUIAS LOCAIS**

“O Poder Local é hoje um dos verdadeiros pilares da democracia portuguesa, tendo-se afirmado nas últimas décadas como um verdadeiro exemplo de desenvolvimento de políticas de proximidade para com a população portuguesa. As autarquias, nas suas diversas formas – municípios e freguesias – apresentam um profundo conhecimento das realidades e dinâmicas do país real, dos seus munícipes e fregueses, das portuguesas e portugueses que constituem o tecido social do país. -----

Emergindo como uma das conquistas da revolução de abril de 1974, as autarquias efectuaram um caminho seguro de crescente autonomia, com uma gestão dos recursos que lhe estão afetos que é a esmagadora maioria das vezes mais eficaz e eficiente que a gestão do Governo da república e dos serviços centrais do Estado. Para além disso, as autarquias vêm-se quotidianamente na necessidade de assumir de facto aquelas que seriam as obrigações do Governo e dos seus serviços, sem a devida compensação, garantido assim que a população não se vê privada de serviços e apoios sociais, muitas vezes essenciais, a que têm direito. -----

O atual Governo, da responsabilidade do PPD-PSD e do CDS-PP, em funções desde 2011, tem revelado uma postura de autêntico ataque e afronta ao Poder



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Local, procurando limitar a sua autonomia, manietar a sua capacidade de actuação e diabolizar o seu papel. A actual crise económica e financeira que se vive em Portugal não pode justificar esta atitude do actual Governo face ao Poder Local. -----

Apenas três exemplos recentes deste verdadeiro ataque do actual Governo, e dos Partidos Políticos que o suportam, às competências e autonomias do Poder Local e de serviços com forte impacto na vida dos munícipes:-----

1. O Orçamento de Estado para 2014, actualmente em vigor, reduziu em 107.537.557 euros (cento e sete milhões de euros, resumidamente) as verbas a transferir para as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia do país, face ao ano anterior. Em 2013 a dívida das autarquias representava apenas 3,6% do total da dívida total nacional. O montante da dívida das autarquias tem apresentado nos últimos anos uma trajectória descendente, ao contrário daquilo que acontece com a dívida gerada pelo Estado Central. -----

Cai assim por terra a teoria governamental de que as autarquias são geradoras de má despesa e de dívidas. Os números não enganam e a realidade é que o Poder Local consegue melhores resultados do que o Estado Central com os recursos que lhe são afetos. -----

2. O novo estatuto da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), aprovado pela maioria PPD-PSD e CDS-PP e já em vigor, prevê que esta Entidade possa emitir instruções vinculativas quanto às tarifas a praticar, o que representa uma grave e flagrante violação da autonomia das autarquias locais. Esta medida transforma as câmaras em meras entidades cobradoras de faturas, sendo possível antecipar um encarecer as faturas a pagar pelos cidadãos pelo fornecimento de água e tratamento de resíduos. Ao invés de dotar a ERSAR de



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Am
Rel
97

funções verdadeiramente reguladoras deste importante sector, o caminho seguido pelo Governo insiste uma vez mais em manietar as autarquias naquelas que são algumas das suas competências.-----

3. O Governo aprovou, em reunião do Conselho de Ministros do passado dia 30 de janeiro, a privatização da Empresa Geral do Fomento, sub-holding do grupo Águas de Portugal para o sector de resíduos. Esta privatização deverá estar concluída no final do primeiro semestre do próximo ano, preparando-se o Governo para privatizar uma empresa que dá lucro, funciona bem e ganhou a confiança dos portugueses.-----

Pela importância estratégica da gestão dos resíduos, a gestão desta empresa deveria manter-se dentro sector público, enquanto garante da salvaguarda do interesse público. De igual modo, tanto quanto é possível antecipar em função da estratégia que vem sendo domínio, sendo que a prazo o objectivo do lucro irá sobrepor-se à qualidade deste serviço público prestado aos portugueses.---

Face a tudo isto, importa denunciar e dar a conhecer à população este verdadeiro ataque do Governo, do PPD-PSD e do CDS-PP, às autarquias locais. Não satisfeito com o empobrecimento do país e dos portugueses, o Governo quer agora empobrecer também a capacidade de atuação das autarquias.-----

A breve trecho a população portuguesa vai começar a sentir nas suas vidas o impacto destas atitudes e decisões do Governo, sendo obrigação dos autarcas condenar veementemente esta estratégia. Por esse motivo, o Partido Socialista propõe a aprovação desta Moção de Censura ao actual Governo pelo ataque à autonomia e funcionamento das autarquias locais."-----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes – Joaquim António Lopes da Silva Batalha (CDU)**, no uso da palavra, leu uma **Declaração Política** e uma **Moção**, cujos teores abaixo se transcrevem, respetivamente: -----

DECLARAÇÃO POLÍTICA

“O balanço que fazemos destes últimos 8 meses de trabalho árduo na Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes é demonstrativo das dificuldades que foram criadas pelos últimos 4 anos de gestão do Partido Socialista na Câmara Municipal do Montijo.-----

Foram 4 anos de completa política de discriminação de uma população que pagou os seus impostos para o município apresentar no último ano de mandato resultados financeiros positivos sendo que uma parte desses, cerca de 200.000 euros que ficaram nos cofres da Câmara Municipal, quando deveriam ser aplicados em obras na Freguesia em prol da população de Sarilhos Grandes.-----

Fizemos o trabalho que nos competia, procedemos ao levantamento de quase todos os problemas existentes na Freguesia, muitos deles com o apoio da população. Apresentamos em tempo ao executivo camarário um conjunto das dificuldades existentes que limitam o desenvolvimento do nosso trabalho e também algumas soluções que repunham o que Sarilhos Grandes deveria ter por direito próprio, nomeadamente:-----

Propusemos que a Câmara Municipal, tivesse em atenção as parcas verbas disponibilizadas pelo Acordo de Execução para Sarilhos Grandes atendendo à situação económica em que a Junta de Freguesia se encontra, sendo que a cada cidadão residente na Freguesia de Sarilhos Grandes vale para o Município 11,97€ por ano, e que a contribuição média/ano paga de IMI por pessoa e arrecadada pela Câmara se situa nos 140€, ou seja, a Câmara disponibiliza para



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
Paly
87

a sua Freguesia de Sarilhos Grandes menos do que 10% do que os cidadãos pagam só deste imposto.-----

Propusemos que a Câmara Municipal tivesse em atenção o quadro de pessoal da Junta de Freguesia, responsabilizando-se em assumir para os seus quadros um dos trabalhadores, podendo o mesmo ficar alocado na Freguesia e resolveria uma parte do problema financeiro da Freguesia.-----

Propusemos que os trabalhadores da Câmara Municipal alocados à Freguesia de Sarilhos Grandes, fiquem na responsabilidade e gestão da Junta de Freguesia com os meios necessários para melhorar a rentabilidade do seu trabalho.-----

Até ao momento, todas estas nossas preocupações apresentadas decorridas que foram mais de 8 meses ainda não foram aceites pelo Executivo Camarário, a pergunta que se nos coloca e que já vem também dos contactos com a população de Sarilhos Grandes é que se Sarilhos Grandes vai continuar a ser o parente pobre do Concelho, epíteto que não aceitamos e que cremos que pode ser revertido se o Executivo Camarário quiser entender esta Freguesia e as suas gentes como uma parte integrante do Concelho do Montijo.-----

Minhas senhoras e meus senhores,-----

O executivo da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, quer ser o parceiro para a resolução dos problemas existentes em Sarilhos e no Concelho, não gostaríamos de ser como até agora temos sido relegados para o esquecimento, ou quando se lembram de nós, é para justificar as deficiências da Câmara Municipal, muito concretamente referimos um episódio que lamentamos, fomos abordados pela Câmara Municipal no passado dia 19/05/2014, para entregarmos orçamentos de viaturas necessárias para a Freguesia, para o dia 21/05/2014 um prazo de dois dias, senão não seríamos contemplados com



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

verbas nesta última revisão orçamental da Câmara Municipal para esse efeito, estranhámos essa atitude, porque nunca nos foi referido pelo Executivo Camarário que estariam disponíveis, para já, para adquirir qualquer viatura para a Freguesia, se assim fosse seria de bom-tom, falar previamente com os responsáveis da Junta de Freguesia, para acertar que tipo de viaturas estariam disponíveis a adquirir e quais os montantes a disponibilizar em sede de orçamento camarário. Isto porque em termos de montantes e pela experiência em caso anterior também não fui ouvido nem achado previamente, para discutir as verbas do Acordo de Execução, elas foram impostas pelo Sr. Presidente da Câmara.-----

Outros casos de esquecimento e faltas de respeito institucional são recorrentes quase todos os dias com Sarilhos Grandes. Temos enviado dezenas de pedidos, reclamações e incidências de moradores de Sarilhos Grandes para a Câmara Municipal. Inicialmente ainda nos davam uma resposta com a indicação que os casos foram encaminhados para os Serviços para resolução, agora já nem isso, ficamos sem resposta para dar aos moradores, que com alguma periodicidade informamos que a Câmara ainda não respondeu às suas preocupações.-----

Outra falta de respeito, tem a ver com equipas da Câmara Municipal ou empreiteiros que se deslocam a Sarilhos Grandes, para executarem algumas tarefas e que não dão conhecimento à Junta de Freguesia daquilo que estão a fazer, e que poderiam ter o nosso contributo para a determinação de prioridades e possibilidade de verificar os trabalhos em execução. Ultimamente suponho que por nossa pressão, deslocaram-se à freguesia uma equipa com uma máquina que efectuou algum trabalho de nivelamento de caminhos de terra batida, mas que anulou as valas de escoamento de águas pluviais



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
Pab
47

nomeadamente na Estrada de Malpique. Em outro local, junto da passagem pedonal entre Sarilhos Pequenos e Sarilhos Grandes, procederam a uma limpeza e em vez de apanharem os resíduos da limpeza, empurraram para dentro do rio. Noutros locais na Estrada do Arce cortaram alguma vegetação das bermas da estrada deixando lá a vegetação cortada. Por outro lado não cortaram os canaviais que tombam para a estrada e que retiram a visibilidade dos motoristas e dos peões.-----

Podíamos ter contribuído para que situações destas não acontecessem, se a Câmara privilegia-se o diálogo permanente com a Junta de freguesia de Sarilhos Grandes, penso que todos ficaríamos a ganhar.-----

Espero que esta situação não seja o princípio do seguimento de políticas anteriores que penalizaram fortemente a população de Sarilhos Grandes.-----

Minhas senhoras e meus senhores,-----

Solicitamos muito recentemente ao Sr. Presidente da Câmara uma intervenção urgente na Freguesia, no âmbito da limpeza e Higiene, porque consideramos ser uma prioridade. A recolha de lixos chega a demorar mais de um mês em determinados locais da Freguesia e a não ser resolvido rapidamente poderá descambar numa situação de saúde pública. Urge arranjar soluções que resolvam o problema de lixeiras a céu aberto na Freguesia, estamos disponíveis para contribuir para arranjar essas soluções com a máxima urgência. Recordo que desde a primeira reunião da Junta de freguesia com a Câmara Municipal que este problema se levanta, até com fotografias desses locais, mas que ainda não teve qualquer solução, para além de outras situações, nomeadamente:-----

-As nossas escolas precisam urgentemente de intervenções de manutenção dos espaços exteriores, interiores e mobiliários.-----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- As nossas vias precisam urgentemente de limpezas que reponham as bermas e valas de escoamento de águas pluviais.-----

- A Freguesia está empestada de canaviais que estão a modificar o nosso ambiente paisagístico e ecológico para além de em determinados locais dificultar a deslocação dos peões e veículos e a visibilidade de sinais de trânsito.-----

- Os equipamentos públicos desportivos existentes não podem ser utilizados por não reunirem condições de segurança para a prática de desporto.-----

- A freguesia não tem qualquer estrutura para práticas desportivas em sala nomeadamente um pavilhão desportivo.-----

- O apoio às nossas colectividades ficam muito aquém das necessidades para reforço do associativismo.-----

Minhas senhoras e meus senhores,-----

Não queremos ser meros espectadores, queremos saber tudo o que se passa na nossa Freguesia por direito, e ser interventivos, por isso não nos inibiremos de intervir neste órgão para denunciar o que não está bem e que urge ser melhorado. Todos vós têm o direito de saber.-----

De igual modo queria congratular-me pela iniciativa conjunta entre a Câmara Municipal Divisão de Desporto e Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes que promoveram uma caminhada pela Freguesia no passado dia 15 de Junho e que juntou cerca de 60 pessoas, num salutar convívio e com o apoio também de uma empresa de floricultura sediada na Freguesia. Espero que se tirem algumas ilações desta iniciativa, demonstrando que é possível em conjunto trabalhar, articular serviços e dar respostas às necessidades dos Sarilhenses.-----

Obrigado.”-----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MOÇÃO

O SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE NÃO PODE SER DESTRUÍDO

“No ano em que se celebram 40 anos do 25 de Abril e 35 anos do Serviço Nacional de Saúde, justamente reconhecido como o melhor serviço público português e um dos melhores do mundo, está a ser posta em evidência a estratégia governamental de tudo fazer para levar a cabo a destruição do Serviço Nacional de Saúde, numa ofensiva sem precedentes, através de um conjunto de medidas sustentadas na publicação de vários documentos normativos, dos quais se destaca a recente Portaria nº 82/2014, de 10 de Abril. - Segundo a Portaria os Hospitais da rede pública passam a ser classificados em 4 grupos (I,II,III e IV) sendo, em função da classificação atribuída, reorganizadas as valências que cada hospital passa a ter na sua carteira de serviços, processo este que deverá estar concluído até final de 2015.-----

As consequências da aplicação desta Portaria na nossa região, a ocorrer, seriam desastrosas.-----

No caso do Centro Hospitalar Barreiro/Montijo, a maioria das suas actuais valências seriam perdidas, implicando não só a ausência de alternativas e a incapacidade de continuar a prestar cuidados aos doentes como a desqualificação da Instituição e um retrocesso no desenvolvimento do território.-----

O centro Hospitalar Barreiro/Montijo, classificado no grupo I, o grupo que terá menos especialidades, deixa de exercer as valências de cirurgia plástica, reconstrutiva e estética e a ginecologia/obstetrícia (maternidade).-----

AA
Peb
47



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Outras valências poderão estar em risco, designadamente, a oftalmologia, a otorrinolaringologia, a pneumologia, a cardiologia, a gastroenterologia, a oncologia médica, a radioterapia, a infecciologia, ao se remeter para definição futura e em função de mapas nacionais de referenciação e distribuição de especialidades médicas e cirúrgicas.-----

A rede de Hospitais públicos surgiu, é bom recordar, em resposta às necessidades de saúde dos cidadãos, tendo assumido também um insubstituível papel dinamizador no desenvolvimento do território através da fixação de um vasto conjunto de serviços que requerem elevados níveis de qualificação técnica e tecnológica.-----

A par do desenvolvimento da rede hospitalar foi também organizada uma rede de cuidados de saúde primários, base de todo o sistema de prestação de cuidados de saúde e que está agora também a ser posta em causa.-----

A realidade actual é contudo bem diversa da que modelou o sistema. A desvalorização do trabalho dos profissionais, a desagregação das equipas, o degradar das condições de trabalho, o desinvestimento nos recursos técnicos e humanos necessários ao funcionamento de Hospitais e Centros de Saúde, a desastrosa política do medicamento e o definhamento das actividades de investigação e de formação são parte integrante duma estratégia definida, ao mesmo tempo que se incentivam os cidadãos doentes, que podem escolherem a optarem pela prestação em instituições privadas levando à desqualificação dos serviços públicos e á desmotivação dos profissionais.-----

A redução de horários de funcionamento nos cuidados primários, a sobrelotação das Urgências, as listas de espera, a progressiva redução ou encerramento de serviços especializados em hospitais, as dificuldades



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
Paly
M

acrescidas de contratação de profissionais, a imposição de taxas moderadoras elevadas tudo tem servido para que o objectivo central da contenção orçamental, muito para além do que foi exigido no programa de assistência financeira, seja cumprido com consequências dramáticas na saúde de milhares e milhares de cidadãos.-----

A presente portaria enquadra – se neste mesmo desidrato de redução da prestação de cuidados aos cidadãos, sem qualquer estudo ou critérios técnicos que fundamentem tal decisão e sem a prévia audição pública, nomeadamente, dos profissionais, dos utentes e entidades.-----

Deste modo, a Assembleia Municipal do Montijo, reunida a 20 de Junho de 2014, decide:-----

1. Manifestar a sua mais veemente oposição à política de destruição e/ou degradação de serviços públicos e em particular do Serviço Nacional de Saúde, actualmente em curso;-----
2. Exigir a imediata revogação da Portaria nº 82/2014 de 10 de Abril;-----
3. Exigir que as autarquias sejam ouvidas em qualquer processo que diga respeito à reorganização ou alteração das carteiras de serviços das Instituições de Saúde que servem os concelhos, nomeadamente, o do Montijo;-----
4. Exigir a alteração da actual política de saúde imposta pelo governo, em defesa do reforço e da qualificação do Serviço Nacional de Saúde nas suas vertentes técnicas, organizativas, logísticas e humanas;-----
5. Repudiar qualquer tentativa de reduzir a oferta de cuidados de Saúde aos cidadãos que representam;-----
6. Saudar todos os que ajudaram a construir o actual Serviço Nacional de Saúde público, universal e geral, e defender a manutenção da sua identidade original;--



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

7. Exigir que o Serviço Nacional de Saúde mantenha a qualidade, a equidade e a acessibilidade que lhes são reconhecidas e deste modo o aumento das capacidades instaladas, hoje deficitárias;-----

8. Propor às Autarquias do Barreiro, Moita e Alcochete a adopção de uma estratégia comum de luta contra a desqualificação do Serviço Nacional de Saúde e a redução da prestação de cuidados de saúde aos cidadãos desta região.”-----

O senhor **Deputado Municipal – Alfredo Rodrigues (PSD)**, no uso da palavra, disse: “Há uns anos atrás, quando entrei pela primeira vez nesta casa, sentei-me precisamente no lugar em que hoje estou, em representação de um partido político. Hoje estou sentado, a convite de um partido político, mas na condição de independente. Durante anos mantive a minha postura e sempre tive a sensação que podia trazer qualquer coisa de novo e de útil a esta casa e há minha condição de eleito, enquanto deputado municipal. -----

Quanto ao problema que o senhor aqui veio pedir desculpas, eu realmente não vi o senhor presidente pegar no jarro, porque não estando a gostar do que estava a ouvir, saí. Quando cheguei já tudo tinha acontecido, mas sempre tive dúvidas se o senhor tinha ou não atirado o jarro. Agora o senhor Presidente vem dizer que é um assunto encerrado, realmente cada um encerra o que lhe dá jeito e quando nós trazemos uma pergunta ou uma dúvida o senhor Presidente, gosta muito de dizer que é vergonhoso. Vergonhoso, foi o que aqui aconteceu naquele dia e quer o senhor Presidente queira ou não, o senhor foi o principal ator. Eu estou de consciência tranquila, porque logo a seguir ao acontecimento, eu tive a hombridade de lhe dizer o que pensava. Com base na democracia que o senhor tanto apregoa, da transparência, eu gostava de ver



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
Paly
97

escrito na ata “*Eu atirei o jarro e peço desculpa*”. -----

Em relação ao jornal “Montijo Hoje”, eu se fosse o senhor, ganhava vergonha na cara e punha as desculpas aqui no jornal. -----

Quando questionamos o senhor Presidente acerca de dúvidas ou reclamações, o senhor Presidente usa muito as expressões “*estou a tratar disso*”, “*estamos a tratar do assunto*”, isto é recorrente. Espero que agora essa expressão não seja usada, para a questão que vou colocar. Em relação ao alcatroamento das ruas do Montijo, o senhor Presidente disse na última Assembleia Municipal, que se ia iniciar o alcatroamento de determinadas ruas e as mesmas continuam em péssimo estado, as passadeiras para os peões quase não se veem, as ervas nas bermas cada vez são mais, etc. -----

Na última sessão o meu colega de bancada, questionou o senhor Presidente sobre a Estrada Nacional 4, ficou a dúvida sobre de quem é a responsabilidade daquela estrada, se é das Estradas de Portugal ou da Câmara Municipal do Montijo, e o senhor Presidente também ficou de informar esta Assembleia, se a estrada é do domínio público ou não. -----

Em relação ao Mercado Municipal, pretendo saber como está o financiamento desta obra. -----

Por último, tive conhecimento que a Inspeção Geral de Finanças esteve a fazer uma inspeção à Câmara Municipal do Montijo, gostava de saber o ponto de situação.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Mário Baliza** (CDU), no uso da palavra, leu uma **Intervenção**, cujo teor abaixo se transcreve: -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**PELA DEFESA DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE COMO GARANTIA DO ACESSO
AOS CUIDADOS DE SAÚDE**

“Um dos pilares fundamentais do regime democrático construído após o 25 de abril de 1974 foi, sem qualquer dúvida, a criação e desenvolvimento dos serviços públicos, onde se insere o SNS, sem o qual não seria possível garantir o acesso aos cuidados de saúde do povo português.-----

Esta conquista civilizacional, resultante da revolução de Abril e consagrada na Constituição da República, determina o direito à saúde para todos os portugueses, cabendo ao Estado assegurá-lo com qualidade, eficiência e tendencialmente gratuito.-----

E assim foi possível que muitos milhares de portugueses tivessem, pela primeira vez, acesso a uma consulta.-----

Foi decisiva para colocar Portugal no caminho do progresso dos indicadores de saúde, onde se destaca a drástica baixa da taxa de mortalidade infantil, o aumento da esperança média de vida, com resultados na melhoria da qualidade de vida das populações.-----

Papel activo no sucesso do SNS, na qualidade e eficiência da prestação de cuidados de saúde e na referência a nível mundial, é desempenhado pelos profissionais de saúde.-----

Tudo isto tem sido posto em causa pelas políticas seguidas pelos sucessivos governos, designadamente, pelos cortes no financiamento do SNS, pelo encerramento de serviços de proximidade, centros de saúde e sap, pelo ataque aos direitos dos profissionais de saúde, pelo aumento dos custos para os utentes.-----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
Kaly
H

O actual governo do PSD/CDS, com destaque para o ministro da saúde Paulo Macedo, é responsável pela intensificação, sem precedentes, da ofensiva contra o SNS.-----

O desinvestimento público, a privatização de serviços essenciais, as “reorganizações” dos serviços hospitalares e dos cuidados primários de saúde, os ataques aos direitos fundamentais dos médicos, enfermeiros e outros profissionais, colocam em causa o futuro do SNS.-----

É neste contexto que avaliamos e criticamos as políticas seguidas no SNS, de redução e desintervenção do Estado, assentes na lógica do “Estado Mínimo”, com o estafado argumento da necessidade de cortar no “despesismo”. Sobretudo quando, em nome da resolução duma crise que os especuladores criaram e não são chamados a pagá-la.-----

Por mais que o Governo, e particularmente o Ministro da Saúde, venha dizer que os cortes drásticos no SNS são para a defesa do SNS, a verdade é que vão conduzir ao seu asfixiamento, com vista a entrega-lo aos que veem na saúde uma oportunidade de grande negócio. E assim estão a impedir e a dificultar o acesso aos cuidados de saúde à generalidade das populações.-----

Com efeito os aumentos das taxas moderadoras para as consultas e exames complementares de diagnóstico, o aumento dos constrangimentos no acesso aos medicamentos, especialmente dos doentes oncológicos, os cortes nos transportes de doentes, a falta de condições em Centros de Saúde, a falta de médicos e enfermeiros de família, o agravamento das condições nas urgências hospitalares, os atrasos nas consultas de especialidade e meios auxiliares de diagnóstico impedem os utentes, de poderem aceder através do SNS aos cuidados de saúde e aos medicamentos.-----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Quando é crescente o agravamento, já insuportável, das condições de vida da generalidade dos trabalhadores e reformados, com inevitáveis implicações no bem estar físico e psíquico destes cidadãos.-----

É necessária a mobilização de todos para defender o Serviço Nacional de Saúde que passa, entre outros, pela revogação da famigerada Portaria 82/2014 de 10 de Abril, que avança com um conjunto de medidas sinistras que atingem, nomeadamente, o Centro Hospitalar do Barreiro-Montijo, com a redução de valências e a retirada da maternidade, pondo em causa o direito à saúde da população do concelho do Montijo.-----

Apelamos à população do nosso concelho para se unir em defesa do direito à saúde, recorrendo, se for necessário, a formas de luta em torno da Comissão de Utentes da Saúde.-----

A SAÚDE É UM DIREITO NÃO É UM NEGÓCIO!-----

COM A SAÚDE NÃO SE BRINCA!"-----

O senhor **Deputado Municipal – Cipriano Pisco (BE)**, no uso da palavra, questionou o seguinte: “Para quando está prevista a colocação de uma placa, à porta deste edifício, a informar os munícipes que aqui funciona a Assembleia Municipal. Já coloquei esta questão há vários meses e até à data, a mesma ainda não foi colocada. -----

No próximo dia 27, vai haver uma concentração junto ao Ministério da Saúde, pelas 10 horas e 30 minutos, esta foi uma decisão tomada pelos Presidentes de Câmara da Península de Setúbal. Gostaria de saber se há condições de a Câmara Municipal, colocar à disposição um transporte para quem estiver interessado em ir à manifestação, caso houvesse um número suficiente de interessados?” ---



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
Kely
97

O senhor **Deputado Municipal – Alcídio Torres (PS)**, no uso da palavra, leu uma **Saudação**, cujo teor se transcreve: -----

SAUDAÇÃO

“No dia 29 de Novembro de 2013, esta Assembleia aprovou, por unanimidade, uma **Recomendação** dirigida à Câmara Municipal sobre **Transparência Municipal**.-----

A CM acabou de implementar esta **Recomendação**, criando um link no sítio da autarquia sobre a transparência municipal, onde integrou as várias matérias recomendadas pela Assembleia Municipal.-----

Antes de mais, quero enaltecer e saudar o facto do município do Montijo, através da Câmara Municipal, ter levado a sério a **Recomendação** sobre **Transparência** aprovada por esta Assembleia.-----

Num contexto nacional em que não existe qualquer estratégia global de prevenção da corrupção no seio da Administração Pública nem sensatez para distinguir ou diferenciar o que é confidencial ou secreto do que é ou deve ser transparente em termos de gestão do interesse público, a implementação desta **Recomendação** ajuda a fortalecer o sistema de integridade municipal.-----

Sou dos que defendem que o princípio da transparência deve ser a regra na Administração Pública e não a exceção. Mesmo a exceção à regra, quando existe, deve ser num período de tempo necessário para defender o interesse público da investida do interesse privado. Todavia, depois de salvaguardada a defesa do interesse público, a exceção deve passar a regra, em nome de uma cidadania informada e esclarecida.-----

Não obstante a importância do cumprimento desta **Recomendação** sobre



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Transparência Municipal por parte da autarquia, não devemos, em nome do rigor e da responsabilidade, alimentar muitas ilusões ou esperanças sobre o seu impacto no combate contra a corrupção e pela promoção da ética pública.-----

E Porquê ? Porque não existe em Portugal uma cultura generalizada de auto-avaliação e o Estado Português nunca foi capaz, até hoje, de disciplinar os deveres éticos dos seus funcionários. Além do mais, não existe em Portugal infra-estruturas éticas capazes de monitorizar a aplicação dos princípios da transparência, da imparcialidade, da eficiência e do combate contra a corrupção.-----

Seja como for, e não obstante a existência destes sintomas resultantes de um processo de modernização incompleto, sugiro que no Link da CM se incentive a prática da denuncia de atitudes anti-éticas e de suspeitas de práticas corruptas. Quem não deve não teme. E agora, se entreabriram as portas deste combate, o caminho passa por abri-las ainda mais e não por fechá-las. Se o fizer, o município do Montijo será pioneiro no país neste tipo de práticas favorecedoras de mais transparência e de mais combate à corrupção.-----

Não podemos esquecer que a corrupção é um fenómeno complexo, que tem por origem um conjunto de factores de natureza estrutural, cultural e institucional. Reconhecer este diagnóstico é admitir que o seu combate implica uma resposta informada e multidimensional, não apenas assente na repressão, mas também, e sobretudo, na prevenção e na educação.-----

Por assim ser, é que a minha sugestão faz sentido como faria muito sentido esta AM debater, em sessão extraordinária aberta ao público, os problemas da corrupção, da transparência, da ética, em suma debater os problemas que determinam se uma sociedade ou uma comunidade é mais ou menos justa, é



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
Paly
97

mais ou menos transparente, é mais ou menos desenvolvida, é mais ou menos democrática.-----

Fica a sugestão à consideração da Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Obrigado"-----

A senhora **Deputada Municipal – Ana Catarina Correia (CDU/PEV)**, no uso da palavra, leu uma **Recomendação**, cujo teor a baixo se transcreve:-----

PARA CONSUMO DE PRODUTOS ALIMENTARES REGIONAIS E NACIONAIS NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

“A atual situação económica e social atinge uma dimensão sem precedentes no país, em resultado das operações políticas de sucessivos governos que fomentaram a delapidação da nossa actividade produtiva, tornando-os mais permeáveis ao endividamento e dependência face ao exterior.-----

O sector agro-alimentar, nomeadamente o sector agrícola, tem passado por muitas dificuldades em consequência da quebra da procura interna, do aumento dos custos de produção e do estrangulamento levado a cabo pelas grandes empresas de distribuição. Actualmente o nosso défice alimentar situa-se entre os 70% a 75%, acentuando o nosso défice comercial e a consequente perda de soberania.-----

Tendo em conta que o Concelho do Montijo tem um elevado potencial, que urge desenvolver, na vertente agrícola e do agro-industrial, e que com menor esforço pode redinamizar o mercado interno, reactivar a economia e criar emprego, é necessário que a nível local, incluindo as autarquias, se tornem num modelo de comportamentos, criando mecanismos para incentivar e garantir o



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

escoamento de produtos locais e regionais.-----

Para além da vertente económica, estes sectores (agrícola e agro-industriais) e sobretudo o agrícola tem contribuído para a nossa identidade local e regional, a nível do património construído, cultural, gastronómico, social e ambiental.-----

Não bastam bonitas palavras a apelar aos consumidores para o consumo de produtos locais, regionais e nacionais, é necessário que se desenvolvam todos os esforços possíveis e se tomem medidas, no sentido de promover a economia local, regional e nacional, no qual o sector agrícola detém grande importância.—

Assim a Assembleia Municipal do Montijo, reunida em 20-06-2014, recomenda ao executivo Municipal para que se adoptem medidas que considere necessárias e convenientes no sentido de se alcançarem as seguintes metas:-----

1. Que a maioria da alimentação fornecida nas cantinas dos estabelecimentos escolares do concelho do Montijo sejam confeccionadas com produtos nacionais.-----

2. Que mais de metade dos produtos sejam adquiridos no concelho e na região.-

3. Que os produtos locais e regionais sejam de preferência adquiridos directamente aos produtores”-----

A senhora **Deputada Municipal – Nadine Balasteiro (PSD)**, no uso da palavra, leu uma **Declaração** e uma **Moção**, cujos teores abaixo se transcrevem respetivamente:-----

DECLARAÇÃO

ELEIÇÃO PARA O PARLAMENTO EUROPEU



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
Paly
97

“No passado dia 25 de Maio realizaram-se as Eleições ao Parlamento Europeu. A taxa de abstenção record em Portugal faz com que tiremos ilações sobre todo o sistema político actual.-----

A fraca vontade dos cidadãos se expressarem nas urnas para este órgão é algo que a bancada do PSD não deixa passar despercebido.-----

Apesar de muitos eleitores utilizarem a abstenção como protesto, muitos outros desconhecem por completo as funções, os trabalhos e os poderes do Parlamento Europeu.-----

A JSD Montijo lançou no passado dia 9 de Maio, Dia da Europa, uma campanha de combate à abstenção com o principal objectivo de informar os cidadãos sobre os temas do parlamento europeu. Desde as suas famílias partidárias, datas históricas, factos reais, entre muitos outros temas, em cartazes espalhados por todo o nosso Concelho. Com esta iniciativa, mais uma vez, a JSD Montijo destaca-se entre as outras Juventudes Partidárias no Concelho, trabalhando em prol da sociedade, chegando aos cidadãos de diversas formas.-

É urgente que tomemos ilações sobre estas eleições no nosso Concelho. Apenas 30,75% dos cidadãos Montijenses se deslocaram às urnas. Temos de começar a trabalhar de forma a evitar a mesma abstenção em eleições futuras. Os jovens têm de participar mais activamente na construção da sua cidade, país e Europa. E cabe a nós ser os elementos de ligação e confiança entre o poder político local e o movimento juvenil.-----

É nosso dever como representantes dos cidadãos lutar, como os nossos avós e pais lutaram na construção de um futuro melhor.”-----

MOÇÃO



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

10 DE JUNHO – DIA DE PORTUGAL

“No passado dia 10 de Junho, comemorámos o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. Celebrámos a Pátria, o Poeta e a nossa Diáspora espalhada pelos quatro cantos do Mundo. Celebrámos portanto, neste dia, o Povo Português.-----

A ocasião não dispensa a reflexão sobre o período conturbado que o país tem vivido, sobretudo nos últimos anos. Os sucessivos défices excessivos, de muitos anos, conduziram inexoravelmente as finanças do país a um ponto de ruptura sem paralelo nos 40 anos da nossa democracia. Não que a dívida seja em si mesma um problema, ou que não exista vida para além dos défices. O grave problema encontramos nos valores que estes assumiram, simultaneamente elevados, e que variadas e questionáveis opções técnicas, mas sobretudo políticas, tornaram insustentáveis. Em virtude do descalabro financeiro, que os legítimos responsáveis não souberam ou não quiseram resolver, tornaram inevitável o resgate das finanças públicas e conseqüentemente perda de alguns aspectos da autonomia política e soberania do Estado Português para tomar as suas próprias decisões.-----

Durante os três anos em que vigorou o programa de resgate financeiro da denominada troika, o país, o Povo Português, viu agravar os impostos, reduzir o seu poder de compra e aumentar o desemprego para valores historicamente elevados, conseqüências de uma correcção orçamental que se impunha e com que, de forma negociada, os partidos do comumente denominado “arco da governação”, se comprometeram. Perante tudo isto, e apesar dos apelos de alguns (felizmente, poucos) à tomada de posições extremadas, o Povo



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
Rel
H

Português reagiu com civismo e admirável resistência, contribuindo colectivamente para a restituição da confiança internacional, tão importante para uma mais rápida e plena restituição da autonomia e soberania nacionais. Sem a sabedoria do Povo Português, nenhum governo, qualquer que fosse a sua composição, conseguiria no final deste período de três anos, a capacidade de financiamento autónomo do Estado com taxas de juros impensáveis no início da crise. O Povo Português, parafraseando uma grande figura do séc. XX, opôs-se à massa: viveu da consciência e da liberdade de cada um.-----

No entanto, os pequenos mais significativos sucessos alcançados, são ainda o início de um caminho a percorrer, que tem tanto de longo como de estreito, sendo imperativo que se tomem precauções, e sobretudo muita vigilância, para que as finanças públicas portuguesas não voltem ao ponto de ruptura em que se encontrou no início do resgate. Para isso, é necessária uma consistência política e financeira que só o entendimento responsável e patriótico dos vários partidos preparados para a governação tornarão possível. Sabemos todos que este entendimento é desejado pela generalidade dos portugueses, pela estabilidade que, desta forma, melhores garantias dará nas áreas fiscal e social, na educação e na saúde.-----

Assim, a Assembleia Municipal do Montijo, reunida em sessão ordinária no dia 20 de Junho de 2014, atenta às opiniões e preocupações dos seus concidadãos, e consciente do depósito de esperança no futuro colectivo do país que constituirá o entendimento entre os partidos com sucessivas responsabilidades governativas, delibera:-----

1. Transmitir o conteúdo da presente moção à Assembleia da República e aos partidos com bancada constituída.-----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2. Divulgar a presente moção nos órgãos de comunicação locais, regionais e nacionais.-----

3. Comprometer-se activamente, e mediante a sua capacidade, em contribuir para que seja possível o acordo interpartidário nas questões que mais relevância têm para a população portuguesa em geral e, particularmente, para a população do Montijo.”-----

O senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, disse: “Relativamente à declaração de balanço que fez o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, queria fazer duas correções, quero dizer que abordamo-lo pela primeira vez, no dia 19, para informá-lo sobre quanto podia ser o custo de aquisição de um trator, para fazer a limpeza dos resíduos sólidos (lixo grosso) e porque a freguesia não tem essa capacidade. O senhor Presidente de Junta sabe muito bem que reunimos em novembro de 2013. Estávamos a preparar uma revisão do orçamento da Câmara Municipal, quando solicitámos à Junta de Freguesia se já tinha esse valor apurado e o que é facto é que o senhor Presidente, disse que não tinha. Assim, o que leu na sua declaração não é verdade, inclusive assistiram às reuniões, membros do executivo da Junta e funcionários da Câmara. -----

Quanto á questão, que referiu, sobre as verbas que foram impostas pelo Presidente da Câmara, também não é verdade, o que nós aqui dissemos ao senhor Presidente da Junta, foi que o limite das verbas a afetar à Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, eram as verbas repristinadas, em termos de valor no protocolo anterior. Isto é, antes do mandato anterior, quando não houve protocolo e foi isso que foi feito em termos de repristinação, porque esse



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AM
Feb
87

é que seria o valor global justo de afetação, à Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes. Nós depois, como é evidente estudamos a questão e ficou na plena liberdade da Junta de Freguesia de Sarilhos Grandes, o acordo de execução e que apresentasse as competências que achava adequadas.-----

Quanto à questão dos trabalhos que o senhor Presidente aqui referiu e que colocou algumas questões de interligação, entre a atividade que a Câmara Municipal desenvolveu, nomeadamente a regularização dos caminhos e também de limpeza urbana, nós vamos ter mais atenção a essa questão e falarei pessoalmente com os serviços. -----

Quanto há questões colocadas, pelo senhor Deputado Municipal Alfredo Rodrigues, o que tenho a dizer é que o senhor deputado é livre de ter a sua opinião e a sua versão. -----

Quanto às outras questões, as ruas por asfaltar, existem ruas que podem não ter um piso novo e que têm algumas irregularidades, mas dizer que existem estradas por asfaltar e buracos, não é verdade, dizer isto de uma forma genérica sem concretizar, não é correto. -----

Quanto ao financiamento do Mercado Municipal, tínhamos três questões que estavam previstas inicialmente, a primeira do empréstimo bancário, a segunda do investimento próprio da Câmara Municipal e a terceira que foi retirada como sabe, de financiamento do POR – Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, no qual efetivamente nos foi retirada essa verba. Neste momento voltámos à situação que temos, duas questões de financiamento, o empréstimo e o financiamento municipal. -----

Quanto á questão da Inspeção Geral de Finanças, fomos selecionados e é uma situação normal, neste momento estão a avaliar as contas, os fundos



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disponíveis com a Lei dos Pagamentos em Atraso. Quando houver resultados irei trazer aos órgãos municipais, para os senhores tomarem conhecimento. -----

Quanto à questão do senhor Deputado Cipriano Pisco, nós não temos condições para assegurar o transporte. -----

Quanto ao troço da Estrada Nacional 4, veio-se a verificar que efetivamente já está na posse da Câmara Municipal do Montijo.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, disse: “A Assembleia Municipal ao aprovar uma recomendação, tem que assumir as responsabilidades de acordo com o Decreto-Lei n.º 235/83, de 31 maio, de acordo com o euro código 1 norma portuguesa, define claramente que as estruturas que limitam têm que suportar 150Km.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, informou que tinham para **admitir e votar**, oito documentos (7 Moções e 1 Recomendação), que foram previamente distribuídos, designadamente: -----

1. **Moção apresentada pela CDU**, intitulada “Pelo direito da população do Concelho de Montijo ao transporte público e à mobilidade”
2. **Moção apresentada pela CDU**, intitulada “Pela devolução das Freguesias ao Povo”
3. **Moção apresentada pelo BE**, alusiva “Mapa Judiciário”



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
Faly
97

4. **Moção apresentada pela CDU**, intitulada “Não à privatização da EGF – Empresa Geral de Fomento”
5. **Moção apresentada pelo PS**, intitulada “(Censura) Ao atual Governo pelo ataque à autonomia e funcionamento das autarquias locais”
6. **Moção apresentada pela CDU**, intitulada “O Serviço Nacional de Saúde não pode ser destruído”
7. **Moção apresentada pelo PSD**, intitulada “10 de Junho – Dia de Portugal”
8. **Recomendação apresentada pela CDU/PEV**, intitulada “Consumo de produtos alimentares regionais e nacionais nos estabelecimentos de ensino”

Assim, procedeu-se à votação para **admissão dos supracitados documentos**, tendo os mesmos sido admitidos por unanimidade. -----

Seguidamente, a senhora Presidente colocou à **discussão e votação**, tendo os mesmos obtido as seguintes deliberações: -----

1. **Moção apresentada pela CDU**, intitulada “Pelo direito da população do Concelho de Montijo ao transporte público e à mobilidade”

A senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes (PS)**, no uso da palavra, propôs uma **alteração ao primeiro parágrafo da Moção**: -----

Onde se lê: “O Governo do PSD/CDS pretende a coberto do tratado de



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

agressão ao povo português que os partidos da política de direita – PSD, CDS, PS subscreveram com a Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional, entregar aos privados a exploração dos serviços públicos de transporte de passageiros prestados, pela Carris, Metropolitano de Lisboa, STCP, Transtejo e Soflusa – cinco das maiores e mais importantes empresas de transportes públicos do país.” -----

Deverá ler-se: “O Governo do PSD/CDS pretende entregar aos privados a exploração dos serviços públicos de transporte de passageiros prestados, pela Carris, Metropolitano de Lisboa, STCP, Transtejo e Soflusa – cinco das maiores e mais importantes empresas de transportes públicos do país.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, disse que concordava com a alteração proposta pela bancada do PS. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria, com 18 votos a favor (9 do PS, 7 da CDU e 2 do BE), 7 votos contra do PSD e 0 abstenções. -----

2. **Moção apresentada pela CDU**, intitulada “Pela devolução das Freguesias ao Povo”

DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria, com 11 votos a favor (7 da CDU, 2 do PS (Fernando Caria e José Caria) e 2 do BE), 7 votos contra do PSD e 6 abstenções do PS. -----

O senhor **Presidente da Junta da União das Freguesias Montijo/Afonsoeiro – Fernando Caria**, no uso da palavra, leu uma **Declaração de Voto**, cujo teor



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
Bela
47

se transcreve: “Embora compreendendo a posição dos meus colegas de bancada e aceitando-a por uma questão do que sempre defendi, que as freguesias não deviam ser extintas, votei a favor desta Moção.” -----

3. **Moção apresentada pelo BE, alusiva “Mapa Judiciário”**

DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria, com 18 votos a favor (9 do PS, 7 da CDU e 2 do BE), 7 abstenções do PSD e 0 votos contra.

4. **Moção apresentada pela CDU, intitulada “Não à privatização da EGF – Empresa Geral de Fomento”**

DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria, com 18 votos a favor (9 do PS, 7 da CDU e 2 do BE), 7 votos contra do PSD e 0 abstenções. -----

5. **Moção apresentada pelo PS, intitulada “(Censura) Ao atual Governo pelo ataque à autonomia e funcionamento das autarquias locais”**

DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria, com 18 votos a favor (9 do PS, 7 da CDU e 2 do BE), 7 votos contra do PSD e 0 abstenções. -----

6. **Moção apresentada pela CDU, intitulada “O Serviço Nacional de Saúde não pode ser destruído”**

DELIBERAÇÃO: Aprovada por maioria, com 18 votos a favor (9 do PS, 7 da CDU e 2 do BE), 7 votos contra do PSD e 0 abstenções. -----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

7. **Moção apresentada pelo PSD, intitulada “10 de Junho – Dia de Portugal”**

DELIBERAÇÃO: Reprovada por maioria, com 18 votos contra (9 do PS, 7 da CDU e 2 do BE), 7 votos a favor do PSD e 0 abstenções. -----

O senhor **Deputado Municipal - Cipriano Pisco (BE)**, no uso da palavra, leu uma **Declaração de Voto**, cujo teor a seguir se transcreve: “O Bloco de Esquerda vota contra esta Moção, pela forma como está escrita, ou seja, é para branquear a política que o Governo está a fazer neste país.” -----

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes (CDU)**, no uso da palavra, leu uma **Declaração de Voto**, cujo teor a seguir se transcreve: “Votamos contra esta Moção, porque se trata de um branqueamento de uma política sinistra e nomeadamente do famigerado pacto de agressão Troika.” -----

A senhora **Deputada Municipal – Fernanda Fernandes (PS)**, no uso da palavra, leu uma **Declaração de Voto**, cujo teor a seguir se transcreve: “Votamos contra, porque este texto confunde austeridade com patriotismo, confunde o povo português com a sangria concreta e real que tem sofrido, nomeadamente, através não de um, não de dois, mas de três orçamentos inconstitucionais e portanto neste momento Portugal está a sofrer um ato que está a pôr em causa a sua democracia.” -----

8. **Recomendação apresentada pela CDU/PEV, intitulada “Consumo de produtos alimentares regionais e nacionais nos estabelecimentos de ensino”**



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

AA
Pereira
47

DELIBERAÇÃO: Reprovada por maioria, com 15 votos contra (8 do PS e 7 do PSD), 9 votos a favor (7 da CDU e 2 do BE) e 1 abstenção (José Caria). -----

O senhor **Deputado Municipal – Avelino Antunes** (CDU), no uso da palavra, leu uma **Declaração de Voto**, cujo teor a seguir se transcreve: “A CDU apresentou e votou favoravelmente esta recomendação por entender que esta defende os interesses da região, os interesses do concelho e os interesses do país.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, disse: “Dado o adiantado da hora, não faz sentido entrarmos na Ordem de Trabalhos. Assim, para terminar o período antes da ordem do dia e tendo em conta a proposta da Deputada Sabina Pereira, que vai apresentar um VOTO DE PESAR e fazer um MINUTO DE SILÊNCIO, pelo falecimento do artista Carlos Pontes.” -----

A senhora **Deputada Municipal – Sabina Pereira** (CDU), no uso da palavra, leu um **VOTO DE PESAR**, cujo teor abaixo se transcreve: -----

“A Assembleia Municipal de Montijo reunida em 20 de Junho de 2014, manifesta o seu mais profundo pesar pelo falecimento do Montijense Carlos Pontes, conhecido artista-fadista que levou o Montijo além fronteiras. -----

Carlos Pontes foi uma figura típica Montijense, um homem livre como um passarinho, um homem do povo com profundo sentido popular, como a sua sobrinha e artista Dulce Pontes referiu.-----

À família de Carlos Pontes em nome dos Montijenses, apresentamos o nosso reconhecimento pelo homem e artista e nosso mais sentido pesar.”-----



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal**, submeteu o **Voto de Pesar** à apreciação da Assembleia Municipal, o qual foi aprovado por unanimidade. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL FEZ UM MINUTO DE SILÊNCIO. -----

Dado o adiantado da hora, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, após ter sido acordado, informou que iria encerrar a primeira reunião da terceira sessão ordinária e que a segunda reunião prosseguiria no dia vinte e três de junho de 2014, pelas 21 horas, com início na Ordem de Trabalhos. -----

Seguidamente, foi a presente ata aprovada em minuta nos termos e para os efeitos previstos no número 3 e 4, do artigo 27º do Código do Procedimento Administrativo. -----

Eram duas horas, 21 de junho de 2014. -----

E eu, *Paulina Maria Azevedo Barbosa*, Assistente Técnica, da Divisão de Administração Organizacional, fiz lavrar a presente ata que subscrevo, juntamente com a constituição da mesa.-----

----- A Presidente da Assembleia -----

Raia Amélia Antunes

----- O 1º Secretário -----

Pedro Paulo Pereira Reis Camões



MUNICÍPIO DO MONTIJO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MA
Val
47

----- A 2ª Secretária -----

afonseca@andradealmeida.pt

